



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

CARLOS EDUARDO RIBEIRO PACHECO FILHO

**POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE GÊNERO NO BANCO DO BRASIL:
UMA ANÁLISE ORGANIZACIONAL E SEU CONTEXTO NO MERCADO DE
TRABALHO EM MANAUS**

MANAUS

2014



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

CARLOS EDUARDO RIBEIRO PACHECO FILHO

**POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE GÊNERO NO BANCO DO BRASIL:
UMA ANÁLISE ORGANIZACIONAL E SEU CONTEXTO NO MERCADO DE
TRABALHO EM MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação da Professora Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas.

MANAUS

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

CARLOS EDUARDO RIBEIRO PACHECO FILHO

**POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE GÊNERO NO BANCO DO BRASIL:
UMA ANÁLISE ORGANIZACIONAL E SEU CONTEXTO NO MERCADO DE
TRABALHO EM MANAUS**

Banca Examinadora

Profa. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas
Presidente

Prof. Dr. Benedito José de Carvalho Filho
Membro

Profa. Dra. Maria Auxiliadora de Souza Ruiz
Membro

AGRADECIMENTOS

Iniciar este trabalho acadêmico foi um sonho que vislumbrei como possibilidade de me inserir na universidade a fim de me tornar um intelectual. Ao alvorecer de 2011, consegui transformar o sonho em realidade ao ingressar no PPGS/UFAM.

A viagem de construção deste trabalho não se deu, entretanto, num voo tranquilo em céu de brigadeiro. Enfrentei muita turbulência nessa jornada. Tive grande dificuldade em conciliar o trabalho com os estudos, principalmente nos anos de 2012 e 2013. Muitas foram as noites mal dormidas e inquietas, seja pelos textos que me instigavam, seja pelo fato de não encontrar a maneira de expressar o que eu desejava.

Minhas limitações também foram obstáculo à compreensão de determinadas ideias e contextos, o que me impediu, de certa forma, de transcender conceitos e visões com os quais me deparei. Todavia, essas mesmas dificuldades serviram de motivação para tentar ir além, me dedicar ainda mais às leituras e buscar o objetivo que tracei: concluir o mestrado e me habilitar a ser professor.

Sem dúvida alguma, isso não teria sido possível sem a ajuda de pessoas especiais que estão em minha vida ou que cruzaram o meu caminho nessa aventura. Chegar à conclusão deste estudo foi uma tarefa árdua. Definitivamente. Seria impossível, entretanto, sem essa força externa.

Alguns chefes que tive souberam compreender o valor de minha dedicação aos estudos e a importância que isso representava para mim, como pessoa e como profissional. Othílio Fraga Neto, que me autorizou a comparecer às aulas e quase completar minha carga horária em 2011, juntamente com Luide Machado e Antônio Carlos Coelho, que seguraram a minha “barra” por muitas vezes, fica a minha gratidão ao exemplo de camaradagem. Sem o aval destes, a trajetória sequer teria começado.

Meu grande amigo Nilton Puentes, exemplo de profissional entusiasmado e dedicado. Toda vez que precisei me ausentar, esse camarada estava lá a me substituir, carregando um fardo que não era seu, para que eu pudesse participar minimamente das atividades curriculares do mestrado. Amparou-me de maneira fraternal, fazendo com que minhas ausências quase passassem despercebidas pelos nossos alunos.

A Marluce Lima, secretária do PPGS, foi uma pessoa fundamental para a consecução deste projeto. Com uma mão amiga sempre estendida, trabalhou além do dever me auxiliando a não ser vencido pelos trâmites burocráticos da Academia. Não

tenho palavras para descrever o comprometimento dela com os alunos do mestrado em sociologia da UFAM.

Lembro-me de ter lido um livro durante a realização da disciplina Metodologia das Ciências Sociais, a primeira do curso, que falava em uma de suas partes a respeito do papel do orientador e da relação, quase sempre traumática, entre ele e orientando. O autor sugeria que entre ambos era necessário o estabelecimento de uma parceria, de maneira que aquele que orienta fosse visto como um mentor, uma base de apoio, a fim de que os encontros fossem proveitosos. A professora Marilene Corrêa conseguiu ir além. Mais que orientadora, foi uma grande amiga. Teve toda a paciência do mundo para entender meus afastamentos por motivos de trabalho e jamais desistiu do seu orientando. Foi uma honra ter sido orientado pela senhora, uma intelectual singular na história de Manaus e do pensamento social na Amazônia.

Agradeço aos docentes do PPGS com os quais tive contato durante as aulas e as atividades do Programa, em especial aos professores Marco Aurélio Coelho de Paiva, Kátia Helena Schweickardt e Benedito José de Carvalho. Ainda, às professoras Elenise Faria Scherer e Maria Auxiliadora de Souza Ruiz que aceitaram o convite para compor as bancas de qualificação e defesa, respectivamente, e contribuíram para o resultado final do trabalho.

À FAPEAM, meus sinceros agradecimentos pelo auxílio financeiro fundamental para a realização da pesquisa.

Foram tantas as vezes que roguei por ajuda divina que penso ter esgotado minha cota por um bom tempo. Obrigado Senhor por ter permitido que eu chegasse ao final desta jornada! Nunca me faltou e não seria desta vez!

Meus pais, que não possuem ensino superior, lutaram muito para que eu tivesse uma educação de qualidade e conseguisse “ser alguém na vida”. Espero estar retribuindo à altura aquilo que fizeram para que eu chegasse até aqui.

Meus agradecimentos chegam ao fim, mas não poderiam se encerrar antes que eu expressasse todo o meu sentimento por aquela que esteve ao meu lado durante todo o percurso. Ela me inspirou a escolher este caminho. Apoiou-me quando me joguei de cabeça nesse projeto. Chamou-me de volta sempre que pensei em desistir, por conta de todas as adversidades que enfrentei. E jamais deixou de acreditar no meu potencial e na minha capacidade. Aline, você é a personificação do amor e ao teu lado eu quero estar por todos os dias de minha vida! Espero continuar a te orgulhar sempre!

RESUMO

A questão de gênero é um assunto que tem sido debatido em todo o mundo desde aproximadamente a década de 1970, inicialmente colocado em pauta pelas militantes do movimento feminista. Com o passar dos anos, a discussão ganhou força e se ampliou no cenário acadêmico, promovendo importantes estudos acerca da condição feminina, tendo por base teorias como a dominação masculina e o patriarcalismo. Nos últimos anos, tem ganhado destaque o recorte de gênero voltado ao mercado de trabalho, com o intuito de analisar a participação das mulheres como força produtiva, bem como a maneira como esse processo se desenvolve. Tais pesquisas têm apontado na direção da desigualdade existente entre homens e mulheres no âmbito laboral, evidenciando uma precarização na inserção feminina no mundo do trabalho. Interessado neste enfoque, o presente estudo busca analisar sociologicamente as políticas afirmativas de equidade de gênero desenvolvidas pelo Banco do Brasil, com maior destaque ao Programa Pró-equidade de Gênero e aos Princípios de Empoderamento das mulheres, verificando os impactos que as mesmas têm causado nos quadros de seus funcionários de carreira lotados em agências da cidade de Manaus.

Palavras-chave: gênero, dominação masculina, patriarcalismo, ações afirmativas, Banco do Brasil.

ABSTRACT

The gender question is an issue that has been debated throughout the world since about the 1970s, initially placed on the schedule by activists of the feminist movement. Over the years, the discussion gained momentum and expanded the academic setting, promoting important studies about the female condition, based on theories such as masculine domination and patriarcalism. In recent years, it has gained the prominence of gender oriented to the labor market, in order to analyze the participation of women as productive force, as well as how this process develops. Such research has pointed in the direction of inequality between men and women in the workplace, showing an precariousness in female inclusion in the labor market. Interested in this approach, this study seeks to sociologically analyze the affirmative action policies of gender equity developed by the Banco do Brasil, most notably the Pro-Gender Equity Program and the Women's Empowerment Principles, verifying the impacts on his career employees in the agencies of the city of Manaus.

Keywords: gender, masculine domination, patriarcalism, affirmative action, Banco do Brasil.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
INDICAÇÕES METODOLÓGICAS.....	12
PARTE I – GÊNERO E SOCIEDADE.....	18
1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E DA DOMINAÇÃO MASCULINA.....	21
1.1 Fundamentos lógicos e históricos da dominação entre os sexos: Bachofen e Engels.....	21
1.2 A reconstrução histórica do patriarcalismo.....	25
1.3 O conceito de dominação expresso por Bourdieu.....	31
1.3.1 O poder exercido pelos homens sobre as mulheres: associação do significado de poder ao de dominação.....	33
1.3.2 A perpetuação das noções e dos conceitos resultantes da construção social das identidades masculinas e femininas.....	35
PARTE II – GÊNERO E TRABALHO NO BANCO DO BRASIL.....	39
2 GÊNERO, CLASSE, E O BANCO DO BRASIL.....	40
2.1 As condições do trabalho feminino e sua relação com a divisão de classes.....	40
2.2 O Banco do Brasil como objeto de estudo da formação da sociedade brasileira.....	43
2.3 O impacto do BB no mercado de trabalho local.....	62
3 A POLÍTICA DE GÊNERO NO BANCO DO BRASIL.....	66
3.1 Políticas afirmativas de equidade de gênero no Banco do Brasil.....	66
3.2 Análise da representatividade de gênero nos principais cargos comissionados do BB em Manaus.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
APÊNDICE A – REGISTRO FOTOGRÁFICO DA HISTÓRIA DO BANCO DO BRASIL.....	82
ANEXO 1 – CÓDIGO DE ÉTICA DO BANCO DO BRASIL.....	89

ANEXO 2 – PRINCÍPIOS DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES.....	93
REFERÊNCIAS.....	94

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo tem a finalidade de analisar as políticas de gênero implementadas pelo Banco do Brasil visando à equidade de gênero no âmbito da instituição.

No intuito de atingir tal propositura, o primeiro capítulo busca entender como se desenvolveu o processo de construção das relações sociais de gênero ao longo da história da humanidade, valendo-se, para tal, da ideia de dominação, bastante utilizada na literatura que aborda o assunto, de tal sorte que o capítulo está dividido em três partes.

Inicialmente, são apresentados argumentos retirados da interlocução entre Bachofen e Engels contida no livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, buscando-se fundamentar uma lógica, bem como os fatores históricos que proporcionaram a efetivação de uma relação de dominação entre os sexos, passando do direito materno ao direito paterno.

Em seguida, tenta-se reconstruir historicamente o conceito de patriarcalismo, sistema de relações de gênero onde se evidencia a desigualdade entre as partes, baseado na autoridade do chefe da família e no controle das funções sexuais e de reprodução das mulheres.

Encerrando o capítulo, busca-se amparo para discorrer sobre o assunto no conceito de dominação estabelecido por Pierre Bourdieu no livro “A dominação masculina”, que representa uma ação histórica cujo objetivo é eternizar as estruturas simbólicas da ordem masculina nas relações sociais entre os indivíduos, transformando-as, através de um processo de socialização contínuo, em um conjunto de regras e disposições sociais inconscientemente incorporadas pelos indivíduos.

Após realizar o exercício supramencionado, o segundo capítulo se propõe a analisar as relações de gênero e suas imbricações com o mundo do trabalho e com a divisão da sociedade em classes sociais.

Primeiramente, aborda-se a condição do trabalho feminino e sua relação com a divisão de classes, no intuito de evidenciar a distinção sofrida pelas mulheres desde sua inserção no mercado laboral até os dias atuais e as equivalências entre a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas.

Vencida essa etapa, faz-se uma reconstrução da história do Banco do Brasil, instituição com mais de 200 anos de existência e que participou sempre de maneira decisiva dos momentos mais relevantes da história deste país.

Fechando o capítulo, empreende-se uma análise do impacto que o Banco do Brasil possui no mercado de trabalho de Manaus, empregando um grande número de trabalhadores que, em virtude da qualificação exigida para ingresso na empresa, percebem um salário consideravelmente acima da média local.

O capítulo 3, que contém o desfecho do presente estudo, busca analisar as políticas afirmativas de promoção da equidade de gênero que o Banco do Brasil desenvolve no âmbito da instituição, a fim de mitigar os efeitos deste tipo de discriminação.

Disserta-se inicialmente sobre o que significam as políticas ou ações afirmativas e, após, são abordadas duas iniciativas nesse sentido: o Programa Pró-Equidade de Gênero, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República e os Princípios de Empoderamento das Mulheres, articulado pelo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres (UNIFEM) e pelo Pacto Global das Nações Unidas.

A discussão é findada com a análise da representatividade de gênero em agências do BB em Manaus escolhidas aleatoriamente, levando-se em conta os principais cargos ocupados pelos empregados da instituição e o nível de rentabilidade que a agência proporciona para o Banco. Destarte, é possível verificar se a atuação institucional do BB na seara das relações de gênero está sendo efetivamente implementada na realidade dos trabalhadores e trabalhadoras desta instituição financeira.

INDICAÇÕES METODOLÓGICAS

O estudo, do ponto de vista sociológico, de uma determinada categoria de análise não é uma tarefa simples. Ainda mais quando o assunto gera tanta polêmica e divergência de pontos de vista, como no caso da temática de gênero e suas imbricações nas relações de trabalho.

A lógica da atividade de pesquisa requer do pesquisador um processo de complexificação da realidade social, uma vez que ela está em contínuo movimento (SOUTO, 1987, p. 6). Por isso, é de suma importância que o estudo seja delimitado no espaço e no tempo a fim de que, articulando uma estratégia metodológica bem definida ao quadro referencial teórico, se consiga edificar com máxima clareza o objeto do trabalho intelectual.

Tal definição, porém, não se materializa numa única tentativa. Ao contrário, a definição do objeto de estudo, segundo Bourdieu (1989, p. 27), “é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos”. O trabalho é modificado por diversas vezes durante a caminhada de construção do saber até que se chegue num nível de refinamento intelectual que se possa considerá-lo como temporariamente findado. É algo semelhante ao que Wright Mills definiu em seu livro “A imaginação sociológica”, escrito em fins da década de 1950, como artesanato intelectual que, como asseverou Seráfico (2004), permite ao sociólogo “tanto criar as condições para o conhecimento da realidade, quanto liberar a imaginação sociológica de modo a torná-la permeável a novas questões e possibilidades de resposta”.

A noção de temporariedade supracitada emana da ideia de que novos enfoques surgirão a partir daquele estudo, novas fontes bibliográficas serão utilizadas pelos pesquisadores vindouros, novos pontos de vista serão demonstrados e novas conclusões emergirão. Afinal, a sociologia como ciência é, como mencionou Souto (1987, p. 3), “um saber aberto e sempre à procura do seu erro”.

A vigilância epistemológica deve ser um cuidado prioritário para o pesquisador, pois toda pesquisa denota traços característicos de sua individualidade. A escolha de determinado objeto de estudo por si só já é uma valoração que se faz sobre o assunto que se deseja abordar. Sendo assim, aquele que pretende desenvolver um trabalho acadêmico deve atentar para o rigor científico que ele deve apresentar, sem se deixar

levar por paixões ou sentimentos que possam interferir na conclusão do estudo, tornando-o parcial ou até mesmo inverídico.

No caso desta pesquisa não foi diferente. A ideia de se estudar as relações sociais de gênero e trabalho, bem como os aspectos referentes às suas imbricações, surgiu a partir das observações cotidianas que o autor realizava (e ainda realiza) acerca da condição feminina no mercado de trabalho bancário, contexto no qual sua esposa está inserida.

Entretanto, a fim de amenizar os efeitos das ligações que levaram o pesquisador a escolher este tema, e que poderiam resultar na parcialidade do estudo, a neutralidade axiológica foi uma busca incessante pelo cientista, sendo tratada como requisito científico imprescindível à consecução dos objetivos do presente trabalho acadêmico.

Para Thiollent (1987, p. 42) essa faculdade “consiste na capacidade do cientista em neutralizar suas próprias avaliações ou seus próprios valores para reconhecer e apresentar os fatos objetivos”, apesar de toda subjetividade existente tanto por parte do pesquisador quanto dos pesquisados. Isso não quer dizer, todavia, que os valores do cientista devem estar afastados da realidade social pesquisada, pois “é a partir de pontos de vista ou de ‘ideias de valores’ socialmente determinados que o cientista escolhe o objeto de estudo, seleciona e acentua os aspectos principais, atribui significação aos fatos e a suas conexões” (Idem, *ibidem*).

A esse respeito, Souto (1987, p. 14) salienta que a neutralidade axiológica total é impossível de ser alcançada,

“pois o homem, pela própria maneira de ser de sua mente, não poderia, um só instante, deixar de avaliar, de valorar. Mas parece perfeitamente possível que o homem de ciência, enquanto faça ciência, procure restringir seus julgamentos, suas avaliações, ao valor ‘cientificidade’. Isto é, procure restringi-los à objetividade, à realidade (concordância com o real) de suas descrições e explicações”.

A metodologia científica, por sua vez, não é apenas um mero arranjo de técnicas através do qual se produz uma pesquisa. Ela é “muito mais do que algumas regras de como fazer uma pesquisa” uma vez que “auxilia a refletir e propicia um ‘novo’ olhar sobre o mundo: um olhar científico, curioso, indagador e criativo.” (GOLDENBERG, 2004, p. 13). É impossível para o pesquisador desenvolver um estudo desta envergadura sem possuir um sólido arcabouço teórico sobre o tema de seu trabalho. Igualmente

inviável torna-se a transcrição de suas conclusões, sem o auxílio de técnicas que proporcionem a investigação e a elucidação de suas inquietações.

Uma manifestação característica da distorção do resultado do conhecimento científico produzido a partir de uma pesquisa é a imposição de problemática. A problemática dominante, quando da realização da pesquisa, é implicitamente imposta nos questionamentos feitos aos pesquisados, atendendo não aos interesses destes, mas aos interesses daqueles que detêm o poder. Thiollent (1987, p. 48) afirma que o referido problema “remete à distância social ou cultural que existe entre o universo dos pesquisadores [...] e o universo dos respondedores”.

O pesquisador, ao adotar uma posição etnocêntrica, julgando os outros a partir de seus próprios valores, “faz abstração das diferenças que existem entre ele e a população e entre os diversos conjuntos da população” (idem, p. 49), impondo aos pesquisados seus quadros de referência. A fim de controlar os efeitos da estrutura social na qual a pesquisa se realiza, o cientista deve buscar relativizar seu ponto de vista acerca do objeto de estudo através, por exemplo, do que Winick (1956, p. 454) chamou de “relativismo cultural” ou daquilo que Bourdieu (1998, p. 694) classificou como “reflexividade reflexa”. Isso quer dizer que o pesquisador deve colocar-se no lugar do pesquisado, adotando uma postura empática, a fim de entender e interpretar a informação obtida da maneira mais neutra possível, uma vez que os valores éticos e morais são relativos e possuem diferentes significados dentro de cada grupo avaliado, em função da pressão a que estão submetidos.

Da Matta (in NUNES, 1978, p. 26), tomando por base uma perspectiva antropológica do método, apresenta a importância do trabalho de campo na construção de novas teorias, uma vez que esse processo se articularia a partir “da coleta de um bom material, isto é, dados etnográficos que permitissem um diálogo mais intenso e mais profícuo com as teorias conhecidas”. Porém, a obtenção desses dados não é tarefa simples. O autor afirma que é imprescindível que haja uma “comutação” e uma “mediação” entre os envolvidos, e que é necessariamente através dela que “se estabelece uma ponte entre dois universos de significação” (idem, *ibidem*). Isso quer dizer que o pesquisador trava contato com uma cultura diferente da sua, observa, analisa, troca experiências, compreende significados e, após esse longo processo, elabora suas conclusões.

Por isso, prossegue Da Matta, “só se tem Antropologia Social quando se tem de algum modo o exótico” (idem, p. 28). Para que esse processo de entendimento de outra cultura se concretize, é necessário que o pesquisador se empenhe na realização de duas tarefas: “transformar o exótico no familiar e/ou transformar o familiar em exótico” (idem, *ibidem*). No momento em que o cientista se tornar capaz de “estranhar alguma regra social familiar e assim descobrir o exótico no que está petrificado em nós pela reificação e pelos mecanismos de legitimação” (idem, *ibidem*) ocorre a descoberta real. Ou seja, uma regra antes obscura passa a ser finalmente compreendida. Há de se notar que, embora seja uma excelente proposta para que se consiga alcançar a descoberta etnográfica, há de se ter certa cautela, pois

o que sempre *vemos* e *encontramos* pode ser familiar, mas não é necessariamente *conhecido* e o que não *vemos* e *encontramos* pode ser exótico mas, até certo ponto, *conhecido*. No entanto estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente [grifos do autor] (VELHO, 1978, p. 40).

Isso significa que não é somente através da análise de uma comunidade tradicional que o cientista se torna capaz de relativizar seus conceitos e transcendê-los. No mundo moderno, globalizado e complexo, existem diferenças enormes entre o ambiente em que vive o pesquisador e os outros ambientes que coabitam o espaço físico de sua existência, fruto da superficialidade das relações sociais e culturais existentes entre os indivíduos. Esse fenômeno pode levar o cientista a ter experiências “de estranheza, não reconhecimento ou até mesmo choque cultural, comparáveis a de viagens a sociedades e regiões ‘exóticas’” (idem, *ibidem*). Ou seja, esse contato pode levar o pesquisador a um afastamento de seu objeto ao invés de uma aproximação.

A noção de empatia torna-se fundamental para o entendimento desse contexto. Da Matta (1978) afirma que a obtenção de dados para a realização de uma pesquisa somente é possível quando se desenvolve uma relação empática mútua entre o pesquisador e o informante. A Antropologia, sob esse prisma, poderia ser considerada como uma “ciência interpretativa, destinada antes de tudo a confrontar subjetividades e delas tratar” (idem, p. 34). Contudo, esse exercício de reconvergência do olhar do pesquisador na tentativa de captar a perspectiva alheia não é fácil, uma vez que

a ideia de tentar *por-se no lugar do outro* e de captar vivências e experiências particulares exige um mergulho em profundidade difícil

de ser precisado e delimitado em termos de tempo. Trata-se de problema complexo, pois envolve as questões de *distância social* e *distância psicológica* [grifos do autor] (idem, p. 37).

A assimilação daquilo que é familiar e/ou daquilo que é exótico, é fruto de um amplo trabalho de interpretação de outra cultura por parte do pesquisador, sob uma dimensão subjetiva que dita as regras do relacionamento com seu objeto de estudo. Com isso, o cientista pode se deparar com problemas distintos na avaliação dessas etapas. Nesse sentido,

o processo de descoberta e análise do que é familiar pode, sem dúvida, envolver dificuldades diferentes do que em relação ao que é exótico. Em princípio dispomos de mapas mais complexos e cristalizados para a nossa vida cotidiana do que em relação a grupos ou sociedades distantes ou afastados (idem, p. 40).

Ou seja, o fato de dois indivíduos pertencerem a uma mesma sociedade não implica na existência de maior semelhança entre ambos do que se pertencessem a sociedades distintas.

Cardoso de Oliveira (2006) oferece uma proposta empírica baseada na tríade conjugada no exercício intelectual de olhar, ouvir e escrever. O autor considera que essas três etapas constituem as principais formas de captação da realidade sócio-cultural, estando intimamente relacionadas à construção das teorias no campo das ciências sociais.

A primeira fase é caracterizada pela visualização do objeto em campo. Trata-se do olhar. É nesse momento que o pesquisador fará uma leitura crítica de seu objeto, contrapondo a percepção daquilo que vê na realidade com os conceitos estudados nas teorias sociais.

A segunda instância proporciona ao antropólogo o real entendimento das manifestações existentes na sociedade pesquisada, o que se faz por meio do ouvir. Nesse processo de obtenção de um modelo para a sociedade pesquisada, o cientista deve estar atento para não contaminar “o discurso do nativo com elementos de seu próprio discurso” (idem, p. 24), interagindo da forma mais neutra possível para que a relação pesquisador/informante seja dialógica.

A terceira etapa caracteriza a consolidação do conhecimento, isto é, a textualização do que foi visto e ouvido. A tarefa de escrever é extremamente delicada tanto do ponto de vista moral, político ou epistêmico na medida em que “mais do que

uma tradução da *cultura nativa* na *cultura antropológica* [...], realizamos uma *interpretação* que, por sua vez, está balizada pelas categorias ou pelos conceitos básicos constitutivos da disciplina” [grifos do autor] (idem, p. 27).

Respeitadas as suas especificidades, os ensinamentos antropológicos supramencionados são igualmente válidos no campo da sociologia, pois o ramo das Ciências Sociais abarca uma grande variedade de enfoques que estão interligados tanto pela teoria quanto pela prática. O que realmente importa na realização de um estudo científico desta natureza é a busca pela maior aproximação possível entre realidade e objeto, pautando-se, para isso, em procedimentos metodológicos bem definidos, na vigilância epistemológica constante dos quadros referenciais teóricos e na busca pela neutralidade axiológica do pesquisador.

Desta forma, a estratégia metodológica adotada neste estudo buscou congregiar, respeitando as peculiaridades da pesquisa, as visões supramencionadas. Nesse sentido, foi realizada a revisão bibliográfica da literatura pertinente às temáticas de gênero e trabalho, juntamente com a análise documental dos escritos oficiais elaborados pelo Banco do Brasil que dizem respeito a essas duas categorias de análise.

Com isso, realizou-se uma reconstrução histórica do conceito de dominação existente nas relações de gênero na tentativa de evidenciar de que maneira essa questão é tratada no âmbito institucional, com ênfase na cidade de Manaus, e como essa dinâmica influencia a ocupação dos diversos cargos existentes na hierarquia da instituição.

Buscou-se aqui, de maneira sempre aberta, complexificar a realidade, olhando, ouvindo e escrevendo, de forma que o exótico pareceu familiar e, ao mesmo tempo, o familiar soou exótico. Batalhou-se na tentativa de apresentar um estudo pautado na neutralidade, evitando-se impor julgamentos e ideias pré-concebidas que não se verificassem no caso concreto. Tentou-se, ainda, uma aproximação entre o pesquisador e o universo estudado, de maneira empática, buscando captar o real sentido das distinções de gênero e seus reflexos no mundo do trabalho. Foram inúmeros os retoques realizados até aqui, com a certeza de que muitos mais ainda poderiam ser feitos. Todavia, o obstáculo do tempo impõe a necessidade do ponto final. Este é o produto intelectual do artesão.

PARTE I – GÊNERO E SOCIEDADE

Abordar a temática de gênero é sempre arriscado e incerto, uma vez que se trata de conceito abrangente, adquirindo diferentes significados conforme a perspectiva sobre a qual se pretenda refletir.

Portanto, inicialmente, é de fundamental importância salientar que o presente trabalho buscará traçar delineamentos relativos às relações de gênero, e posteriormente às relações de trabalho, considerando como universo de análise o binômio formado por homens e mulheres, embora seja evidente que existam outros enfoques possíveis, englobando um número maior de pessoas.

Nickie Charles (in SCOTT, 2010), apresenta uma visão geral dos mais variados caminhos teórico-metodológicos pelos quais se pode definir o que se entende por gênero.

Na teoria social clássica, as diferenças de gênero eram caracterizadas pela divisão social do trabalho, baseada nas distinções decorrentes da natureza biológica dos indivíduos. Pode-se observar esse tipo de representação, por exemplo, no estrutural-funcionalismo parsoniano, segundo o qual os papéis masculinos e femininos incorporados no processo de socialização determinam funções instrumentais para os homens (provedores) e funções expressivas para as mulheres (sustento emocional, administração de tensões). Sendo assim, em virtude da natureza de cada um, existiriam papéis exclusivamente femininos e outros unicamente masculinos dentro da sociedade.

Os interacionistas simbólicos também oferecem uma visão baseada na divisão de papéis entre homens e mulheres, porém acrescentam a variável de que, uma vez sendo papéis, eles podem ser representados. Destarte, tanto homens quanto mulheres poderiam aceitá-los ou rejeitá-los. Ou seja, os papéis poderiam ser invertidos pelos atores.

As sociólogas feministas apresentam um argumento inovador, na tentativa de romper com o estruturalismo dominante. Para esse grupo, as distinções de gênero estariam consubstanciadas numa vertente transcultural, e não seriam determinadas por diferenças biológicas, e sim por construções sociais incorporadas à nossa cultura. Essa conceituação considera que a desigualdade existente nas relações de gênero advém de uma base material (capitalismo) fundada na família patriarcal, onde são nitidamente estabelecidos critérios que ligam o homem à produção e a mulher à reprodução.

O pós-modernismo rompeu de vez com a análise estruturalista das relações de gênero, passando a adotar uma postura voltada para a prática social. Com isso, os estudos alinhados a essa corrente enfocam a construção de identidades por intermédio do simbolismo e das subjetividades. Exemplo disso se verifica na Teoria *Queer*, segundo a qual a desorganização da associação de gênero com sexo e identidade resultaria numa conseqüente desorganização na definição do que é masculino ou feminino.

Outra análise pós-modernista bastante relevante para os estudos sobre gênero no campo da sociologia é a proposta por Pierre Bourdieu, que introduziu o conceito de *habitus* em suas considerações. De maneira resumida, pois será objeto de análise mais aprofundada adiante, o conceito supracitado estaria ligado à capacidade dos indivíduos de internalizarem e reproduzirem, através de práticas sociais cotidianas, as construções sociais aprendidas pela cultura.

Joan Scott (1995, p. 86) se refere ao gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, salientando que “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

A intenção aqui não é realizar uma definição precisa e irrefutável da ideia de gênero, até mesmo porque, pelos motivos supracitados, isso seria impossível, ou ainda, não se estaria fazendo ciência no presente estudo.

O que se pretende deixar claro acerca da temática de gênero é que não se pode mencionar o assunto referindo-se exclusivamente ao sexo feminino. Esta categoria de análise deve considerar como objeto de estudo tanto homens quanto mulheres. É como mencionou Davis (1975, apud Scott, 1995, p. 72), ao afirmar que “deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeito, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses”.

Ainda nesse sentido, Scott (1995, p. 76) salienta que a utilização do conceito de gênero “ênfatisa todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade”. O fato da abordagem incluir homens e mulheres não define nem determina atividades, comportamentos, obrigações e outras questões relacionadas ao masculino e ao feminino. Tudo pode ser praticado, desenvolvido e exercido por ambos, pois eles possuem as mesmas capacidades.

É por intermédio da compreensão dessa relação que podemos analisar as relações sociais humanas, inclusive as de trabalho, que orientam nossa organização e atribuir significado às complexas percepções resultantes dessa análise, afinal “sem significado, não há experiência; sem processo de significação, não há significado” (idem, p. 82).

1 A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO A PARTIR DA IDEIA DE DOMINAÇÃO

1.1 Fundamentos lógicos e históricos da dominação entre os sexos: Bachofen e Engels

Para que se possa compreender a lógica da dinâmica das relações de gênero, é mister que se analisem os fatores históricos que fundamentaram a dominação masculina sobre a feminina. A desigualdade, problema central da discussão de gênero, não surgiu na modernidade. Ele é fruto de uma construção histórica que se perpetua até os dias atuais, num ciclo incessante. É, pois, com esta finalidade que se pretende recorrer à obra de Friedrich Engels intitulada “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, publicada pela primeira vez no ano de 1884.

No referido texto, o autor descreve a formação da sociedade moderna sob os prismas da propriedade privada, da produção, do comércio e do poder do Estado, que segundo o mesmo, se tornou viável devido à derrocada da estrutura familiar primitiva, baseada na economia de subsistência. Engels, com o intuito de embasar sua exposição, se apropria das teses de Lewis Henry Morgan (1818-1881) escritas na obra “Ancient Society”, que pesquisou sobre o progresso humano desde o estado de selvageria, passando pela barbárie, até chegar ao estado de civilização, somente ampliando e complementando os apontamentos feitos pelo autor.

Como asseverou Engels (s/d, p. 7-8) em sua concepção materialista, a história da humanidade é baseada em dois aspectos: a produção, representada pelo desenvolvimento do trabalho, e a reprodução, pela continuação da espécie. Tais fatores condicionam a ordem social vigente em determinado tempo e local, pois quanto maior o grau de sofisticação da atividade produtiva, maior é a riqueza gerada pela sociedade, e, com isso, mais tênue é a dominação da estrutura social pelos laços de parentesco.

A conjugação dos conceitos de produção e reprodução resulta numa argumentação que embasa não somente os trabalhos cujo enfoque principal é a questão econômica, mas principalmente os estudos que tem por base o olhar sociológico quanto ao desvendamento das desigualdades entre homens e mulheres. Por isso, também, esta pesquisa considera de suma importância as imbricações entre os conceitos de gênero e

trabalho, tendo em vista a compreensão de que são noções indissociáveis e que juntas permitem um melhor esclarecimento das causas geratrizes da dominação entre os sexos.

Engels realiza uma interessante exposição em sua obra anteriormente citada acerca dos escritos de Johann Jakob Bachofen (1815-1887), jurista e antropólogo suíço, referentes ao livro “Direito Materno”, publicado em 1861. Considera ser este o marco fundador do estudo da história da família.

Antes de 1860, afirma Engels (idem, p. 11), era praticamente impossível a análise do desenvolvimento histórico da família, uma vez que todos os estudos desta ciência eram pautados nos livros de Moisés, os quais enfatizavam a existência da família patriarcal como o modelo mais antigo já registrado.

Bachofen propôs a tese de que, no mundo primitivo, as pessoas viviam em situação de promiscuidade sexual (heterismo) e, por isso, somente se poderia garantir a filiação através da linhagem feminina (motivo da concepção do direito materno). Sendo assim, as mulheres gozariam de grande respeito em virtude da responsabilidade pela geração dos jovens, o que as levaria a um domínio feminino na governança pública (ginococracia). A partir daquele momento, uma nova hipótese passou a ser admitida baseada nos argumentos supramencionados, cuja validação probatória encontrava-se em diversos trechos de obras da literatura clássica antiga, coletados pelo autor.

Se hodiernamente se consegue, ainda que de maneira tímida, perceber que existe uma relação de dominação das mulheres pelos homens nos diversos setores da sociedade, pode-se, já por estes apontamentos iniciais, inferir que nem sempre essa relação se processou dessa maneira. Em algum ponto da história da humanidade essa condição se inverteu, resultando na realidade atual.

Bachofen, sob o parecer de Engels (s/d, p. 12), afirma que a passagem do heterismo à monogamia e do direito materno ao paterno, marco fundador da dominação masculina, resultou como consequência das novas concepções religiosas que, principalmente pelos gregos, foram inseridas na literatura, substituindo antigos deuses e tradições por novas divindades e práticas. Com isso, Bachofen apresentou a noção de que não foi propriamente a realidade das relações humanas o fator determinante para que ocorressem essas alterações da situação social, e sim a reprodução dessa nova compreensão religiosa nas mentes dos indivíduos.

O exemplo utilizado pelo autor para ilustrar e materializar as ideias que acabava de inserir no debate sobre o assunto foi o da Oréstia de Ésquilo, uma trilogia de peças

teatrais do referido dramaturgo grego, escrita há mais de dois mil anos. O enredo da obra tem como plano de fundo a morte do Rei Agamenon, herói da guerra de Tróia, pelas mãos de sua mulher, Clitemnestra, o que leva Orestes, filho de ambos, a vingar a morte do pai assassinando a mãe.

A luta entre o direito materno e o paterno, entretanto, se observa no desenrolar das ações resultantes das mortes acima descritas. Orestes passa a ser perseguido pelas Erínias, seres demoníacos que protegiam o direito das mães, que considerava o matricídio como o crime de maior gravidade e impossível de ser perdoado. Então, o filho de Agamenon é submetido ao Areópago (Tribunal do Júri ateniense), presidido pela deusa Atena. Orestes acusa a mãe de ter cometido duplo homicídio, matando aquele que era seu marido e pai de seu filho. As Erínias contra-argumentavam com a tese de que ele havia cometido o mais hediondo dos crimes, o matricídio, ceifando a vida daquela que estava unida a ele por laços sanguíneos.

A votação do júri termina empatada. Resta a Atena o voto decisivo (motivo da expressão voto de Minerva, deusa equivalente à Atena na mitologia romana). Ela decide em favor de Orestes e o absolve. Esse episódio, para Bachofen, representa uma das inúmeras passagens literárias da antiguidade onde o direito paterno vence o materno, transformando a realidade social no modelo de dominação vigente até os dias atuais.

A conjugação de fatores como a transformação das relações sociais comunitárias em privadas e o surgimento da família patriarcal e monogâmica, alterou o perfil social da atividade doméstica de direção do lar executada pela mulher, passando a conferir-lhe um caráter privado, onde, em função dessas alterações, a mulher, tornou-se criada e não mais tomou parte na produção social (Idem, p. 61).

Adotando a concepção materialista de Engels como sustentáculo teórico, tudo leva a crer que essas transformações se consumaram quando da alteração do modo de produção da economia de pequena para a de larga escala, com o fim da propriedade comum e implantação da propriedade privada, com a monetarização do comércio em substituição ao escambo, enfim, com a criação do sistema capitalista.

É interessante notar que para Engels (Idem, Ibidem) somente com o advento da grande indústria, a mulher pode, novamente, tomar parte no campo da produção, ainda que este espaço seja relegado às proletárias. Costa (2000, p. 38-39) afirma que o sistema capitalista, a despeito de toda a exploração imposta às mulheres e levando-se em conta as devidas modificações sofridas ao longo de todos esses anos, dentre as quais se

somam a industrialização, a modernização, a urbanização e, com maior relevância, a democracia, possibilitou às mulheres a aquisição de maior visibilidade pública, gerando novas possibilidades de organização, de forma a atacar e desestruturar o sistema patriarcal estabelecido.

Todavia, recorrendo aos argumentos de Engels, a democracia *per se* “não suprime o antagonismo entre as duas classes; pelo contrário, ela não faz senão proporcionar o terreno no qual o combate vai ser decidido” (s/d, p. 61). O autor se apropria do termo “classe”, pois considera que, dentro da família, o homem representa o burguês e a mulher o proletário. É o homem que tem que ganhar o sustento da família e isso lhe confere uma posição de dominação.

Engels ainda lança luz sob uma possibilidade de finalização desse processo de supremacia masculina, afirmando que “a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social efetiva entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais” (Idem, *Ibidem*). É uma questão relevante cuja discussão, entretanto, extrapola os limites deste estudo.

1.2 A reconstrução histórica do patriarcalismo

Antes de iniciar a tentativa de traçar uma linha de raciocínio sobre a história do patriarcalismo, se faz necessário definir aquilo que se pretende entender por este conceito. Ancorado ao posicionamento de Weber (2004, p. 234), maior contribuição da sociologia para o patriarcado, considera-se que o patriarcalismo engloba “relações de piedade rigorosamente pessoais”, cujo “germe encontra-se na autoridade do chefe da comunidade doméstica”.

Walby (2010, p. 155), salienta que o patriarcado “é um sistema social de relações de gênero em que existe desigualdade entre eles”. Destarte, as relações entre os sexos fazem parte de um sistema que regula a dominação de um sobre o outro, embasada em uma série instituições e estruturas que viabilizam e naturalizam esta situação.

Ainda segundo a autora supramencionada, “os diferentes aspectos, dimensões e domínios do patriarcado são conectados entre si” (Idem, p. 156), ou seja, uma vez que patriarcado funciona como um sistema social, as desigualdades de gênero existentes nos diversos setores da sociedade fazem parte do mesmo contexto, não se tratando de casos isolados ou acontecimentos distintos.

O sistema patriarcal interage com outros sistemas sociais, como por exemplo, o capitalismo e as relações étnicas, fazendo com que as experiências e práticas vivenciadas pelas mulheres sejam distintas de acordo com sua etnia e classe social.

A origem do patriarcado é um ponto histórico ainda polêmico, difícil de ser precisado na linha do tempo da humanidade. Diversos autores¹ acreditam que o patriarcalismo surgiu milhares de anos antes de Cristo.

A idade da pedra, considerada primeira fase do período pré-histórico, pode ser caracterizada como um momento no qual houve predominância de lideranças femininas, pois todos pertenciam a todos. Não se tinha a noção de família dos dias atuais, sendo os laços de parentesco somente distinguidos pela origem materna, ao passo que a paternidade era ignorada (ROCHA, 2009, p. 42).

Naquele tempo, a força física era o meio de resolução dos conflitos, o que conferia as mulheres grande desvantagem e as obrigavam a negociar proteção

¹ Ver Meillassoux (1977), Lerner (1986), Taylor (1997), entre outros.

masculina. Sob esse entendimento, a divisão do trabalho reservou a coleta e o cozimento dos alimentos às mulheres, enquanto aos homens caberia a função de caçadores. Ainda assim, as mulheres conseguiam manter o sistema matriarcal devido à ignorância do homem com relação a sua participação na concepção da prole (Idem, p. 43).

Com o advento da agricultura, o nomadismo foi cedendo espaço ao sedentarismo, uma vez que era necessário permanecer mais tempo num determinado local aguardando a colheita dos frutos plantados. Junto a isso, e com bastante destaque, as comunidades passaram a domesticar os animais, dando início a atividade pastoril. Com esse convívio, os homens começaram a perceber, por meio da relação sexual dos animais, que o masculino possuía papel fundamental na procriação das espécies. Nesse ponto da história, que representa a transição para a idade dos metais, observou-se uma grande mudança no comportamento do homem que passou de parceiro a opressor (Idem, p. 45-46).

O conhecimento de seu papel na concepção, fez com que o homem se lançasse numa nova era de conquistas, na qual a mulher deixou de ser sua companheira, passando a ser sua mais valiosa propriedade (Idem, p. 47). Acredita-se, destarte, que o patriarcalismo “se iniciou no momento em que se deu o controle sobre as funções sexuais e reprodutivas das mulheres” (COSTA, 2000, p. 44).

A invenção da escrita é também um marco temporal importante da historiografia tradicional. A partir dela, encerra-se a pré-história e inicia-se o período histórico da humanidade, que por sua vez é dividido em quatro fases: idade antiga, idade média, idade moderna e idade contemporânea. E em todas elas é possível verificar as marcas do patriarcado.

A antiguidade oriental, que engloba, com destaque, as civilizações egípcia, mesopotâmica, fenícia, hebraica, meda, persa, chinesa e índica, foi marcada pelo núcleo familiar patriarcal. Nesse modelo, o homem mais velho, por conseguinte, considerado o mais sábio, possuía domínio sobre os demais, sendo a mulher considerada uma propriedade do homem. Mesmo sob essa estrutura rígida, algumas mulheres conseguiram governar suas civilizações, como são os casos de Hatshepsut e de Cleópatra, ambas egípcias (ROCHA, 2009, p. 59-60). Obviamente, a ascensão dessas duas figuras históricas ao comando de suas civilizações não se deu senão à utilização de artifícios para conseguir tais feitos.

Hatshepsut usurpou o trono de seu enteado e habilidosamente convenceu o clero de que era a encarnação de Amon-Rá, deus do sol e da vida no Egito (Idem, p. 60).

Com Cleópatra, comumente chamada de estrategista, não foi diferente. Ela, dotada de muita inteligência, estudo refinado, falante de nove idiomas e possuidora de discurso envolvente, utilizou como arma o poder de sedução para reinar nas terras egípcias. Primeiro, seduziu Júlio César, de quem se tornou amante. Após a morte do imperador, Cleópatra precisou fazer nova aliança para se manter no poder. Seduziu, então, Marco Antônio, integrante do segundo triunvirato. Após a derrota na Batalha de Actium, Marco Antônio suicidou-se e, assim que soube do ocorrido, Cleópatra fez o mesmo (Idem, p. 61-66).

No ocidente, a civilização grega foi reconhecidamente a mais expressiva da idade antiga. Sua base de desenvolvimento econômico foi o regime de escravidão, que sujeitou à força física os indivíduos capturados em guerras ou aqueles que deviam valores a algum cidadão.

A mulher tinha participação extremamente restrita no convívio social, limitando-se ao cuidado da casa e da família. Foi descrita pelos intelectuais da época como um ser inferior ao homem em todos os aspectos (Idem, p. 68).

Heloísa Costa salienta que, apesar da existência de traços patriarcais em diversos povos e diferentes culturas da antiguidade, foi

“a religião hebraica que maior influência exerceu sobre o cristianismo e a concepção do patriarcado no sentido ocidental. Dela advém a noção dos dez mandamentos, a história da criação e do dilúvio, o conceito de Deus como legislador e garantidor da ordem moral e mais de 2/3 da Bíblia. Nela se firma forte disposição patriarcal em relação à família” (COSTA, 2000, p. 47).

A concepção feminina estabelecida pelo ideário religioso conferiu legitimidade à dominação da mulher, uma vez que “o patriarcado, fortalecido pelos ideais religiosos, interpretou os papéis sociais e suas relações restringindo a existência feminina” (ROCHA, 2009, p. 52).

Com a queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C., iniciou-se o período histórico denominado Idade Média. Por se tratar de um lapso temporal bastante extenso, foi dividido em dois momentos: Alta Idade Média (entre os séculos V e X) e Baixa Idade Média (entre os séculos XI e XV). Tal divisão guarda relação com a implantação

do sistema feudal, no caso do primeiro período, e com sua consolidação e decadência, no caso do segundo.

A idade média foi um período bastante marcado pela presença da Igreja, tendo em vista que, devido a fragmentação dos impérios em feudos, passou a ser o único traço comum entre os povos. Com isso, a Igreja passou a gozar de grande poder: ela mediava a relação do homem com Deus e somente quem fosse submisso aos seus ditames alcançaria a salvação.

A ideologia cristã contribuiu para a inferiorização feminina, pois outorgou à mulher a função social de servir. Para isso, deveria ser a semelhança da Virgem Maria, ou seja, pura, casta, humilde, silente e obediente.

Quando se sentiu ameaçada, a Igreja instaurou a Inquisição, regime autoritário cujo objetivo era investigar e encontrar seus opositores. Para alcançar seus objetivos, a Ordem Dominicana, entidade que detinha liberdade total para reprimir os hereges, utilizou a força física para castigar aqueles que se opunham à Igreja. Tortura, mutilação, queimação e enterros de pessoas ainda vivas foram alguns dos mecanismos de terror dos quais se valeram os dominicanos.

A decadência da Igreja acompanhou o declínio do sistema feudal. Com a ascensão do modo de produção capitalista e da classe burguesa, iniciou-se um novo período chamado de Idade Moderna, marcado historicamente pela tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos.

A Idade Moderna foi um período marcado por diversas transformações na maneira de se enxergar o mundo. Entretanto, essa nova perspectiva não contemplou as mulheres. Ao contrário, com o movimento renascentista, “os poucos direitos adquiridos anteriormente, como o acesso aos estudos e ao exercício de alguns ofícios e profissões, foram confiscados” (ROCHA, 2009, p. 100).

Mesmo com a chegada do Iluminismo, movimento surgido na segunda metade do século XVIII que buscava explicar os fenômenos exclusivamente pela razão, os ganhos em prol das mulheres foram mínimos. Apesar de criticar o modelo social vigente à época bem como suas instituições, as mudanças advindas do ideal iluminista, manifestadas durante a Revolução Francesa, marco inicial da Idade Contemporânea, tinham como fulcro o homem. Nem mesmo o lema de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” permitiu que as diferenças entre homens e mulheres fossem amenizadas,

embora tivesse até as inspirado a lutar durante a aludida revolução na busca pela extensão dos direitos às mulheres.

Apesar das conquistas obtidas pelas mulheres durante a revolução terem se consubstanciado apenas na instauração do casamento civil e na legislação que regulou o divórcio, “a semente da esperança de um mundo mais justo foi lançada, particularmente na Revolução Francesa” (ROCHA, 2009, p. 126), e isso diz respeito diretamente ao enfraquecimento do modelo patriarcalista.

A Revolução Industrial Europeia deixou marcas indeléveis na configuração social mundial. A noção de família existente nos dias de hoje é fruto das mudanças ocorridas naquela época, onde a classe burguesa se fortaleceu e o capitalismo se firmou.

Com a institucionalização da propriedade privada, iniciou-se também a privatização da família, cuja base era a submissão imposta pelo provedor (homem) aos providos (mulher e filhos). Destarte, o espaço reservado ao feminino se restringiu ao lar, enquanto os homens dominaram a esfera pública. Às mulheres, outorgou-se o destino de cuidar da casa e da prole, ou seja, da esfera reprodutiva. Aos homens, a busca pelo sustento da família, representado pelo salário ganho no trabalho, caracterizando a esfera produtiva.

A expansão da Revolução Industrial ocasionou o aumento da demanda por mão de obra no setor fabril. Nesse contexto, as mulheres e crianças passaram a ser empregadas nas fábricas, a fim de suprir as necessidades de uma produção cada vez mais crescente. Entretanto, as condições impostas a estes eram extremamente precárias, uma vez que pelo mesmo trabalho desenvolvido, a diferença salarial entre homens e os demais empregados era absurda. Justificava-se tal discrepância com o argumento de que mulheres e crianças eram inferiores e frágeis e, por isso, tinham uma capacidade produtiva menor.

Além disso, as mulheres trabalhadoras passaram a ser submetidas ao regime de dupla jornada de trabalho, no qual além de realizarem o trabalho fabril, ainda tinham que executar as tarefas domésticas.

A estrutura patriarcal outorgou ao homem uma função de supremacia e à mulher uma condição de submissão. Todas as relações entre o masculino e o feminino passaram a ser marcadas por esse viés, em seus mais variados aspectos: conjugal, sexual, laboral, e social.

Uma situação interessante verificada na literatura pesquisada diz respeito ao período durante o qual vigorou o sistema matriarcal. Apesar das mulheres ocuparem posição de liderança nas comunidades, não se observam sinais de subordinação do homem em relação à mulher (Idem, p. 45), ao passo que no sistema patriarcal, a relação entre homens e mulheres é nitidamente marcada pela dominação masculina.

Todavia, cabe a ressalva que, na sociedade moderna, o advento do capitalismo, estruturado sob a égide da produção e da reprodução, ocasionando a substituição da propriedade comum para a propriedade privada, posição adotada por Engels, não criou o patriarcado, mas, no mínimo, foi responsável por “reforçar e criar novos mecanismos de controle sobre a sexualidade feminina” (COSTA, 2000, p. 44).

A participação das feministas nas revoltas do movimento operário, as guerras mundiais, a introdução da pílula anticoncepcional e o desenvolvimento tecnológico são alguns exemplos que propulsionaram as conquistas obtidas pelas mulheres ao longo de muitos anos de luta. Entretanto, “o grande responsável pelo engrandecimento do *status quo* feminino foi o acesso das mulheres ao conhecimento” (ROCHA, 2009, p. 209).

Apesar dos avanços, a situação atual requer atenção. São notórias as formas de precarização e discriminação às quais as mulheres estão submetidas, nos mais variados campos. Esses traços são, sem dúvida, representações de um sistema patriarcal ainda vigente.

1.3 O conceito de dominação expresso por Bourdieu

Um dos eixos teóricos pelo qual são analisadas as construções sociais de gênero diz respeito à dominação masculina. Trata-se de uma ação histórica que tem por finalidade eternizar as estruturas simbólicas da ordem masculina nas relações sociais entre os indivíduos, transformando-as, através de um processo de socialização contínuo, em um conjunto de regras e disposições sociais inconscientemente incorporadas pelos indivíduos.

Essa introjeção das normas estabelecidas, que é tida como algo natural, aceitável ou mesmo inevitável, na verdade corresponde a uma imposição da visão de mundo androcêntrica através do que Bourdieu (2010, p. 17) denominou de “esquemas de percepção, de pensamento e de ação”, o que garante um estatuto de legitimidade a este *habitus*.

Sob essa ótica, a questão da divisão sexual do trabalho, inscrita na discussão das relações de gênero, torna-se ainda mais conflituosa. Partindo da constatação de que existe uma diferenciação discriminatória desde o princípio da inserção feminina no mercado de trabalho, e porque não dizer desde as primeiras noções de divisão de tarefas de produção e reprodução entre homens e mulheres, a luta por igualdade de oportunidades e condições fica interdita, ou pelo menos dificultada às mulheres, uma vez que “seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta” e, assim sendo, “seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão” (idem, p. 22).

Antes de adentrar propriamente na questão da repartição das tarefas ditas masculinas e femininas, faz-se necessária uma introdução acerca da construção simbólica das relações sociais de gênero a partir da diferenciação arbitrária do corpo humano, segundo um determinismo biológico. A estrutura corpórea é percebida de maneira distinta pelos sexos opostos no que tange aos seus usos e funções. A aparência física desses agentes sociais, mais precisamente no que diz respeito à anatomia dos órgãos sexuais, está sempre relacionada a adjetivos, formas e expressões que incitam uma valorização do que é forte, viril, ativo, potente em relação ao masculino e o contrário, frágil, afeminado, passivo, impotente em relação às mulheres.

A própria percepção da relação sexual, segundo a lógica apontada por Bourdieu (idem), possui significados distintos para homens e mulheres. Há uma tendência de associação de ideias como afetividade e sentimentalismo à parte feminina da relação e, em contrapartida, ideias de agressividade e mecanicismo ao lado masculino. Isso, por si só, já seria suficiente para provar que a relação sexual é altamente hierarquizada, onde cabe ao homem o mando das ações decorrentes do ato sexual e à mulher a obediência das ordens por ele emanadas.

O conjunto de disposições homólogas, instituído sob esquemas dicotômicos simbólicos como os supramencionados, é responsável pela objetivação das construções subjetivas das identidades sociais, determinando a desqualificação de tudo aquilo que está relacionado ao feminino, bem como a valorização daquilo que é masculino, tornando evidente a relação de dominação que orienta todas as esferas do convívio social.

Esse mecanismo de dominação naturaliza a ideia de que a mulher é a responsável pela reprodução, cabendo ao homem, em contrapartida, os encargos da esfera produtiva. Sobre a origem da relação entre produção e reprodução, pode-se perceber, através dos estudos de Habermas (1984), que esta concepção antiga, herdada da Grécia Clássica, possui estreita ligação com os conceitos de cidade (*pólis*) e de casa (*oikos*), segundo os quais a participação dos indivíduos na vida pública, representada pela cidade, dependia de sua autonomia privada como senhores da casa.

Isso explica o ostracismo feminino que perdurou por longos anos em diversas áreas e segmentos sociais tais como as artes, a política, a ciência e os esportes². O espaço público pertencia exclusivamente aos homens, enquanto o espaço privado ficava destinado obrigatoriamente às mulheres. De acordo com Blay (2003), esse panorama, no Brasil, somente começou a se alterar com o processo de industrialização e urbanização do país, entre os meados dos séculos XIX e XX, quando as mulheres “passaram a, cada vez mais, ocupar o espaço das ruas, a trabalhar fora de casa, a estudar etc” (idem, p. 87). Todavia, em que pese todas as transformações ocorridas no pensamento social após o período supracitado, estes espaços permanecem, ainda hoje, dominados pelo segmento masculino, certamente porque as mudanças não foram suficientemente efetivas para

² Sobre a participação feminina nos campos mencionados, cf. COUTINHO e FARIA, 2008; MIGUEL, 2010; BANDEIRA, 2008; GOELLNER, 2005.

atender às demandas femininas, uma vez que tais alterações “obedecem sempre à lógica do modelo tradicional entre o masculino e o feminino” (BOURDIEU, 2010, p. 112).

Diversos autores³ corroboram o entendimento de que as identidades de gênero são arquitetadas através de uma construção social naturalizada que faz com que as concepções culturais, estruturadas a partir de características biológicas, sejam consideradas naturais. Seria o caso, por exemplo, da afirmação de que as mulheres são as responsáveis exclusivas pelo cuidado e educação dos filhos, uma vez que os mesmos nascem do seu ventre. Ora, uma coisa é a capacidade naturalmente biológica que somente a mulher possui de gerar uma vida dentro de si. Outra coisa totalmente distinta, fruto de uma questão social e cultural, é a ideia de que ela, em virtude dessa capacidade, tem por obrigação a manutenção da vida familiar e a dedicação exclusiva ao cuidado da casa e dos filhos.

Como essa divisão é realizada de acordo com os ditames da ordem social dominante, através de uma visão de mundo androcêntrica, as tarefas mais nobres são reservadas aos homens, ficando, as mulheres, relegadas a lugares, posições e, no caso, profissões consideradas inferiores. Isso se deve, como relatou Bourdieu (idem, p. 112), à associação convenientemente realizada entre as funções femininas e as funções domésticas, como se aquelas possuíssem vinculação direta com estas. A lógica dominante assume seus efeitos de aprisionamento do pensamento feminino quando se percebe que essas práticas discriminatórias são, na verdade, “crenças socialmente inculcadas” (BOURDIEU, 1996, p. 184), de maneira sutil e silenciosa, por intermédio de mecanismos simbólicos que se encontram implícitos no cotidiano da sociedade, em suas mais simples ações.

1.3.1 O poder exercido pelos homens sobre as mulheres: associação do significado de poder ao de dominação

A relação de dominação, inscrita nas relações de gênero, revela uma nítida vinculação às relações de poder que se estabelecem no convívio entre os sexos. Ou melhor, às relações de disputa pelo poder. Pelo exposto até o presente momento, é

³ Cf. BANDEIRA, 2008; CYRINO, 2009; IZUMINO e SANTOS, 2005.

notório que esta disputa é não menos que desigual, pelas próprias condições de hiposuficiência nas quais uma das partes se encontra.

Para isso, faz-se necessária a compreensão do significado que aqui se atribui ao poder. Nesse contexto, o poder deve ser considerado mais como algo que se exerça do que algo que se possua. E no caso das relações de gênero, esse poder é exercido pelos homens sobre as mulheres, o que permite que se faça uma associação do “significado de poder ao de dominação” (LAMAZIÈRE, 2007, p. 36).

A primeira forma diz respeito à manifestação plenamente perceptível do poder. Mediante o uso da violência física, a vontade masculina é imposta sobre a feminina, muitas vezes sem que a mulher sequer tenha se oposto às incitações proferidas pelo homem, como se fosse apenas uma demonstração de força, uma demarcação de território, de mostrar quem é que manda na relação. Essa manifestação, porém, apesar de ainda ser praticada em número considerável, é amplamente combatida no meio social, através de campanhas para mobilizar os cidadãos contra esse tipo de crime e conscientizá-los de suas implicações, aumentando, ainda, o rigor da legislação penal correlata, como foi o caso da chamada Lei Maria da Penha.

O fato é que não é o poder em si que o homem possui como instrumento de dominação. O que lhe confere esse poder é a ferramenta utilizada para que se obtenha a posição de comandamento sobre o outro sexo. E é nesse ponto que se localiza a segunda maneira por intermédio da qual se pode compreender as relações de poder estabelecidas no interior das relações de gênero.

Esta encontra-se inserida no contexto do exercício de um poder simbólico, definido por Bourdieu (1989, p. 7-8) como um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Aqui reside a grande questão que torna o debate acalorado. Se a prática da violência física, como mecanismo de exercício do poder, é capaz de despertar a consciência das pessoas para aquilo que as tornam oprimidas, quando falamos dessa violência invisível, imperceptível, silenciosa, também chamada de “violência simbólica”, de acordo com a definição de Bourdieu (2010, p. 45), a situação ganha outro contorno.

A prática desse tipo de violência, imposta pelos homens às mulheres na relação de dominação, tem por finalidade impor as significações produzidas e historicamente reproduzidas a respeito das distinções entre os sexos como se fosse algo legítimo,

maquiando a força simbólica que sustenta esse tipo de relação. É mediante o uso dessa violência que os quadros de referência das construções sociais de gênero são internalizados pelos indivíduos como algo natural, tornando os dominados cúmplices de sua própria condição, uma vez que imaginam possuir autonomia frente às crenças que foram inconscientemente inculcadas em suas mentes.

Isso, todavia, não quer dizer que a violência contra a mulher se restrinja a atos imateriais ou abstratos. Se assim o fosse, seria como negar os efeitos da violência física, por exemplo, manifestação mais explícita da dominação. O que se pretende é demonstrar que a violência simbólica, exercida através de gestos, palavras, ditos populares, representações culturais e mais uma infinidade de possibilidades, possui a mesma nefasta eficácia de impor uma condição de subordinação à mulher, porém, como dito anteriormente, de maneira suave, dissimulada, imperceptível aos olhos de quem a sofre pela apropriação desses esquemas inconscientes como se fossem realmente seus.

Weber (2004, p. 186) destaca que a “dominação [...] é um caso especial do poder”. As observações feitas por Bourdieu que se encontram assinaladas neste trabalho vão justamente ao encontro desta ótica.

O uso da violência, física ou simbólica, permite que se estabeleça uma relação de dominação baseada no exercício do poder de um sexo sobre o outro. Weber (idem) explicitou a existência de diversos tipos de dominação, dentre os quais se destacam a dominação decorrente de um conjunto de interesses, tendo por real anseio o monopólio do mercado e a dominação decorrente da autoridade, onde alguém exerce um poder de mando sobre uma pessoa que tem o dever de obediência, cuja expressão máxima é o poder do chefe de família. Nesse contexto, o conceito de dominação expressado por Bourdieu se alinha com o weberiano, pois seria

“uma situação de fato, em que uma vontade manifesta ("mandado") do "dominador" ou dos "dominadores" quer influenciar as ações de outras pessoas (do "dominado" ou dos "dominados"), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações ("obediência"). (Idem, p. 191).

1.3.2 A perpetuação das noções e dos conceitos resultantes da construção social das identidades masculinas e femininas

Ao longo deste processo histórico de eternização das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina, destaca-se o trabalho realizado pelas instituições sociais tais como a família, a igreja, a escola, o Estado, entre outras, grandes responsáveis pela perpetuação das noções e dos conceitos resultantes da construção social das identidades masculinas e femininas. Estes agentes configuram as principais resistências às necessárias transformações das percepções de gênero, pois têm por objetivo a manutenção do *status quo*, o culto às tradições e aos valores éticos e morais agindo sobre o inconsciente dos indivíduos a fim de auxiliar na internalização dos ideais dominantes pelos dominados.

Na família, primeira esfera de socialização na qual o indivíduo é inserido, ocorre, segundo Bourdieu (2010), o contato inicial com a dominação masculina e seus mecanismos de reprodução, como a divisão sexual do trabalho, representada no âmbito doméstico pela divisão das tarefas produtivas e reprodutivas entre homens e mulheres. Sendo assim, desde muito cedo as crianças aprendem com seus pais aquilo que é adequado aos meninos e às meninas, os comportamentos desejáveis para ambos, a postura correta que devem adotar diante de outras pessoas, as brincadeiras de cada grupo, e a própria percepção das obrigações que pai e mãe possuem na relação, entre outros.

A igreja, por sua vez, inculca nas mulheres, consoante Bourdieu (Idem), uma moral familiarista que tem por base o patriarcalismo e a inferioridade do feminino perante o masculino. Fazem parte da doutrina religiosa, por exemplo, os argumentos que ordenam o respeito irrestrito da mulher ao chefe da casa, o cuidado da mulher com os integrantes da família e com a manutenção dos laços familiares, a obrigação feminina de zelar pela preservação da moral e dos bons costumes no bojo familiar, a defesa da castidade da mulher e da sua imagem imaculada, etc. Enfim, toda a simbologia contida nos textos sagrados e nas práticas religiosas relega a mulher, de certa forma, a uma condição de subordinação na estrutura familiar.

A Escola contribui para o aprendizado do modelo androcêntrico, induzindo desde cedo os estudantes do sexo masculino aos cursos que resultarão em profissões ditas masculinas e as mulheres às faculdades que as levarão ao exercício de profissões consideradas femininas. A partir da imposição feita por intermédio da violência simbólica aos alunos, o sistema educacional, dentro de sua lógica que favorece e reproduz o discurso dominante em todos os seus sentidos, determina que um aluno que

opte por cursar uma faculdade de arquitetura, moda ou *design* deve possuir, no mínimo, fortes tendências femininas, ao mesmo tempo que uma aluna que escolha um curso de engenharia, física ou matemática deve ter comportamento acentuadamente masculino.

[...] o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força. (BOURDIEU, 2001, p. 311).

Aqui não se trata exatamente de classes sociais na acepção econômica da expressão, mas com toda a certeza falamos em dois grupos sociais que travam relações dicotômicas de disputa pelo poder, onde se estabelece uma relação de dominação inconscientemente legitimada como consequência natural daquilo que é, na verdade, socialmente construído.

Por último, não se pode deixar de mencionar a relação existente entre o Estado e suas instituições no processo reprodutivo da estrutura social vigente. Bourdieu (2010, p. 105) salienta que o papel do Estado tende a “ratificar e reforçar as prescrições e proscições do patriarcado [...] inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica”.

Na mesma esteira, Walby (1990, apud Stromquist, 1996, p. 29) considera que o Estado “molda as relações de gênero através de regulamentações relativas ao divórcio, ao casamento, ao aborto, à anticoncepção, à discriminação salarial, à sexualidade, à prostituição, à pornografia, ao estupro e à violência contra a mulher”.

Desta forma, as normas sociais reguladoras das relações entre homens e mulheres são fundadas em princípios androcêntricos, e acabam por reservar aos homens a parte ligada à produção, como o mundo financeiro e administrativo, ao passo que as mulheres ficam encarregadas de cuidar de áreas afetas ao aspecto social.

Esta estrutura, presente na família, na igreja, na escola e no Estado, representa e reproduz fielmente a hierarquização entre os gêneros, podendo servir de exemplo para demonstrar a condição de subordinação das mulheres existente em todos os setores da sociedade. Além disso, conforme mencionou Sérgio Miceli referindo-se a Bourdieu,

a organização do mundo e a fixação de um consenso a seu respeito constitui uma função lógica necessária que permite à cultura dominante numa dada formação social cumprir sua função político-

ideológica de legitimar e sancionar um determinado regime de dominação. (MICELI, 2001, p. XVI).

O trabalho de reconstrução do pensamento social acerca das percepções de gênero é tarefa árdua. Não é possível, de maneira repentina, alterar um estatuto que se reproduziu e se solidificou ao longo de anos.

As paixões do *habitus* dominado (do ponto de vista do gênero, da etnia, da cultura ou da língua), relação social somatizada, lei social convertida em lei incorporada, não são das que se podem sustar com um simples esforço de vontade, alicerçado em uma tomada de consciência libertadora. Se é totalmente ilusório crer que a violência simbólica pode ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade, é porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (BOURDIEU, 2010, p. 51).

Além disso, como demonstrou Nogueira, “cabe lembrar que o processo de emancipação feminina não se resume unicamente nas suas relações diretas com o capital, no espaço produtivo, mas que está presente também nas especificidades das suas funções reprodutivas” (2004, p. 91).

Somente uma mobilização coletiva, orientada por reformas políticas e jurídicas capazes de viabilizar a dissociação entre as estruturas objetivas e cognitivas de percepção desta realidade, pode ocasionar o abalo indispensável à organização social vigente e resultar na ruptura histórica do cotidiano e consequente reestruturação das relações de gênero. Nas palavras de Bourdieu,

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (a começar pelo Estado, estruturado em torno da oposição entre “mão direita”, masculina; e sua “mão esquerda”, feminina, e a Escola, responsável pela reprodução efetiva de todos os princípios de visão e de divisão fundamentais, e organizada também em torno de oposições homólogas) poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diversos mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina (2010, p. 139).

PARTE II – GÊNERO E TRABALHO NO BANCO DO BRASIL

Após analisar as relações de gênero no âmbito da sociedade, verificar seus fundamentos de dominação e sua construção histórica, chega o momento de colocar em análise aquilo que essas relações possuem de interseção com o mundo do trabalho. Para tal, esta parte se encontra dividida em dois capítulos.

O capítulo 2, intitulado “GÊNERO, CLASSE E O BANCO DO BRASIL”, busca analisar a relação existente entre as condições do trabalho feminino e a divisão de classes, a história do BB como próprio objeto de estudo da formação da sociedade brasileira e o impacto promovido pela empregabilidade do Banco no mercado de trabalho local.

Já o capítulo 3, cujo título é “A POLÍTICA DE GÊNERO NO BANCO DO BRASIL”, busca analisar o que está sendo empreendido pelo Banco do Brasil a fim de minimizar, ou até mesmo anular, os efeitos das distinções de gênero existentes no mundo do trabalho e verificar se estas ações estão se refletindo na prática das relações de trabalho dessa instituição.

2 GÊNERO, CLASSE E O BANCO DO BRASIL

2.1 A condição do trabalho feminino e sua relação com a divisão de classes

A participação feminina no mercado de trabalho não é um fenômeno recente. Estima-se que, desde os tempos mais remotos da Idade Antiga, a mulher já se encontrava inserida na divisão social do trabalho, sendo encarregada dos afazeres domésticos e do cuidado dos homens e da prole (MENICUCCI, 1999, p. 59).

Observa-se, a partir dessa segmentação de tarefas, onde homens e mulheres executam atividades distintas, o que se chama de divisão sexual do trabalho, entendida como

a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Conforme este conceito, a relação social entre os sexos, principalmente no que tange às relações de trabalho, é assimétrica *per se*. Distingue a capacidade laborativa de homens e mulheres segundo critérios subjetivos, objetivamente justificados segundo construções sociais históricas, transmitidas de geração a geração⁴.

Pode-se, também, a partir dessa perspectiva, traçar um paralelo, de acordo com a abordagem marxista, entre as distinções de gênero e a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas quanto a sua posição na cadeia produtiva. Nesse contexto, aquela seria consequência desta, pois haveria uma destinação natural das mulheres para as tarefas femininas, ligadas à esfera reprodutiva, e dos homens para tarefas ditas masculinas, inerentes à esfera produtiva (NOGUEIRA, 2004).

Engels (s/d, p. 55), afirmou que “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo

⁴ Como mencionado de maneira pormenorizada no Capítulo 1, da Parte I, desta pesquisa.

feminino pelo masculino”. Tal pronunciamento é reflexo do processo de privatização da propriedade (reificação, segundo a teoria marxista) que transforma a relação entre pessoas em objetos, coisas, onde o mais forte, detentor dos meios de produção, domina o mais fraco, possuidor da força de trabalho, criando um ambiente relacional altamente fetichizado.

Tal concepção também se evidencia na passagem em que Marx e Engels (1977, p. 80) aduzem que “na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário”. Isso demonstra uma dupla exploração. A primeira no próprio seio familiar, onde o senhor da casa trata sua esposa como uma escrava e a segunda, no bojo das relações trabalhistas com a inserção da mulher no mercado de trabalho.

O processo de reificação pode ser definido como

a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um "caso especial" de alienação, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista (BOTTMORE, 1988, p. 314).

O “fetichismo do capital”, expressão cunhada por Karl Marx na obra “O capital”, sugere um processo de automatização das relações sociais entre os indivíduos, caracterizada pela apropriação da racionalidade do capitalista (SILVA, 2011, p. 8).

A partir da Idade Média e, principalmente, na Idade Moderna, o trabalho feminino começou a ganhar maior expressão, pois as mulheres começaram a participar da vida pública na atividade produtiva, bem como naquele momento se intensificaram os relatos sobre a condição feminina no setor produtivo.

Ainda na Idade Moderna, devido ao processo de urbanização e consolidação da classe burguesa, fruto da Revolução Industrial, observou-se o surgimento do proletariado feminino, amplamente discriminado pelos homens no ambiente fabril devido às características físicas que apresentavam. Somente com o desenvolvimento da Revolução Industrial e a introdução de inovações tecnológicas nas fábricas, a presença feminina se intensificou nestes locais, sobretudo devido ao fato da nova maquinaria dispensar o uso da força muscular para seu funcionamento (NOGUEIRA, 2004).

A massificação da participação da mulher no mercado de trabalho capitalista não se deu, entretanto, pelas razões supramencionadas, de forma igualitária em relação aos homens. Pelo contrário, juntamente com a utilização da mão de obra infantil, esse fenômeno serviu para precarizar ainda mais as condições de trabalho dos assalariados,

uma vez que para um mesmo serviço eram oferecidas menores remunerações, o que fazia os lucros dos empresários aumentarem largamente.

Nogueira (idem, p. 10) aduz que “o capitalismo usa dessa divisão sexual do trabalho para incentivar a competição entre os trabalhadores, rebaixando os salários em decorrência do ingresso da força de trabalho feminina, incorporada à classe trabalhadora e percebendo salários ainda mais reduzidos”. Tal afirmação somente corrobora a ideia de precarização das relações de trabalho para todos, com a inserção desmedida e desregrada das mulheres e crianças no mercado de trabalho.

Ainda nesse sentido, Saffioti (1969, p. 36) afirma que “o capitalismo não criou a inferiorização social das mulheres, mas se aproveita do imenso contingente feminino, acirrando a disputa e, portanto, aprofundando a desigualdade entre os sexos”. Ou seja, as desigualdades existiam mesmo antes do surgimento desse modo de produção. Entretanto, o capitalismo aprofundou tais distinções nos seus mais sórdidos aspectos, transformando o que já era precário em desumano.

A precarização do trabalho feminino não se resume à questão salarial. A dupla jornada enfrentada pelas mulheres, assim entendida como a realização de atividades nas esferas produtiva (emprego) e reprodutiva (lar), é um argumento que tenta justificar a incorporação dessa mão de obra em setores cuja carga horária de trabalho é reduzida, o que faz com que os salários devidos, bem como o nível de especialização dos empregados sejam igualmente menores.

Nessa mesma linha de raciocínio, Hirata e Segnini registram que

há uma legitimação social para o emprego das mulheres por durações mais curtas de trabalho: é em nome da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional que tais empregos são oferecidos, e se pressupõe que essa conciliação é de responsabilidade exclusiva do sexo feminino (2007, p. 104).

Em que pese todos os óbices supramencionados relativos à precariedade das relações e condições do trabalho feminino, as mulheres permanecem participando ativamente da esfera produtiva e, ainda mais, buscando tornar essa participação igualitária.

2.2 O Banco do Brasil como objeto de estudo da formação da sociedade brasileira

A história do Banco do Brasil (BB) se confunde com a própria história do nosso país. Fundado em 12 de outubro de 1808, por alvará do então príncipe regente Dom João, no Rio de Janeiro, a instituição foi criada para funcionar inicialmente por um período de vinte anos, com o intuito de solucionar diversos problemas econômicos e estruturais que rondavam o Brasil Colônia à época, dentre os quais se destacam: o declínio do processo de mineração, a grande escassez de moedas, a intensificação das atividades comerciais, com a abertura dos portos, bem como o aumento do numerário existente para cobrir as despesas com a família real e sua corte (DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO BANCO DO BRASIL, 2010, p. 14-15).

Devido às inúmeras dificuldades de implantação da instituição, o BB passou a funcionar efetivamente a partir de 11 de dezembro de 1809, com capital bastante inferior ao previsto no ato de sua criação. O Banco somente passou a cumprir a finalidade para a qual foi concebido quando o governo determinou a participação da Real Fazenda como acionista da instituição, através do recolhimento de impostos e da injeção de capital particular (Idem, p. 17).

Devido à má gestão administrativa e financeira do BB, que incluíam desvios de verbas, excesso de emissão de moeda e disseminação de boatos sobre os atos de improbidade da Administração da instituição, o Banco foi dissolvido, em 11 de dezembro de 1829, por proposta do então Ministro da Fazenda Miguel Calmon, que depois veio a se tornar o Marquês de Abrantes (Idem, p. 18-20).

O vácuo temporal que se iniciou com a dissolução do BB e perdurou até o ano de 1838, quando foi criado o Banco Comercial do Rio de Janeiro, foi marcado pela ausência formal e regulamentada de bancos no país. Nesse ínterim, funcionaram casas bancárias em comandita, caixas econômicas de instauração arbitrária ou variada, bem como usura e dilapidação do patrimônio pessoal por intermédio de agiotagem (Idem, p. 21-22).

O cenário político-econômico nacional encontrava-se extremamente fragilizado devido às turbulências do período regencial. Porém, impulsionada principalmente pelos empreendimentos do Barão de Mauá aliados a crescente exportação de café, a economia brasileira se fortaleceu o que propiciando terreno fértil para uma nova tentativa de

institucionalização bancária. A primeira iniciativa ocorreu com a criação do Banco Comercial do Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1838. A partir daí, outros bancos comerciais foram instituídos na Bahia (1845), no Maranhão (1846), no Pará (1847) e em Pernambuco (1851) (Idem, p. 26).

Foi somente no ano de 1853, por iniciativa de José Joaquim Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, considerado atualmente o patrono da instituição, que o Banco do Brasil foi reestabelecido “com os objetivos principais de auxiliar o governo no resgate de papel-moeda e promover o progressivo aumento do crédito e das riquezas nacionais” (Idem, p. 27).

Ainda no mesmo ano, devido à necessidade de unificação da emissão de moeda para prevenção de uma possível insolvência, o recém-criado Banco do Brasil e o Banco Comercial do Rio de Janeiro se fundiram, adotando o nome do primeiro e passando a funcionar como tal em 10 de abril de 1854, tendo como sede um edifício localizado na Rua da Alfândega, esquina com a Rua da Candelária (Idem, p. 31). Posteriormente, os demais bancos comerciais foram incorporados pelo BB.

Em 1857, devido aos efeitos da crise financeira que atravessava o mundo, Bernardo de Sousa Franco, então Ministro da Fazenda, idealizou uma reforma bancária, na qual o BB deixaria de ser o único emissor de moeda e passaria a compartilhar o privilégio com o Banco Comercial e Agrícola, criado por decreto de 31 de agosto de 1857, o Banco da Província do Rio Grande do Sul, criado por decreto de 24 de outubro de 1857, o Banco da Província de Pernambuco, criado por decreto de 4 de novembro de 1857, o Banco da Província do Maranhão, criado por decreto de 25 de novembro de 1857 e o Banco Rural e Hipotecário, criado por decreto de 3 de abril de 1858. A proposta mostrou-se infeliz, pois enfraqueceu o Banco do Brasil e ao mesmo tempo não foi eficaz para conter as consequências da crise sobre o país (Idem, p. 40-41).

A questão que contrapunha a multiplicidade à unicidade bancária demarcou os debates que se seguiram à época e somente em 22 de agosto de 1860, sob tutela de Ângelo Muniz da Silva Ferraz, com a promulgação da lei nº 1083, se chegou a ligeiro consenso sobre a matéria (Idem, p. 46).

Em 1863, o Banco do Brasil tornou-se o único órgão emissor de moeda da capital e das províncias centrais e do sul, após adquirir os direitos de emissão do Banco Comercial e Agrícola e do Banco Rural e Hipotecário. Ainda assim, o BB continuou deficiente com relação ao fundo disponível para financiamento das atividades de

desenvolvimento econômico do país, o que se fez sentir quando da crise financeira de 1864 (Idem, p. 46) e resultou no acordo celebrado com o governo imperial em 11 de outubro de 1866, que tinha por objetivo regular a emissão de moeda pelo Banco do Brasil e estabelecer critérios quanto ao pagamento da dívida do Tesouro ao estabelecimento (Idem, p. 62).

Com o fim da Guerra do Paraguai, “o ano de 1869 marcou para o Banco do Brasil uma completa mudança de direção” (Idem, p. 70). Um movimento articulado por acionistas do Banco pretendeu realizar uma drástica mudança na administração da instituição, e, em 1873, novo acordo foi firmado entre o Banco e o governo, visando à aceitação dos termos da lei nº 2400, de 17 de setembro daquele ano. A referida norma,

reduzia a 2,5% anuais o resgate das notas, não só do Banco do Brasil como dos demais bancos de circulação; prorrogava a duração do Banco do Brasil por mais de 14 anos; obrigava-o a empregar o capital de sua Carteira Hipotecária, nunca inferior a 25.000:000\$000, em empréstimos à lavoura; mandava estender o círculo de suas transações hipotecárias além do designado nos estatutos vigentes; fixava em 6% e 5% anuais, respectivamente, os juros e amortizações dos empréstimos à lavoura; estendia esses favores aos empréstimos já realizados; e determinava que o governo, no caso de recusa do Banco em ceder a qualquer das disposições precedentes, fixasse em 8% a cota anual do resgate de suas notas (Idem, p. 73-74).

O período compreendido entre os anos de 1870 a 1887 foi marcado por alguns períodos de euforia econômica, mas também por muitos momentos de crise, o que gerou certa estagnação do Banco. Somente a partir de 1888, com a abolição da escravatura, que o Banco do Brasil protagonizou novamente iniciativas para aumentar o desenvolvimento econômico do país, ao conceder linhas de crédito para a agricultura que necessitava, a partir daquele momento, remunerar a mão de obra aos ex-escravos e imigrantes europeus que chegavam ao Brasil em busca de oportunidades de trabalho (Idem, p. 87-89).

Com a Proclamação da República, em 1889, assumiu a pasta da Fazenda Rui Barbosa, que num primeiro momento não promoveu alterações substanciais na política econômica vigente. Somente em janeiro de 1890 estabeleceu uma reforma financeira baseada em quatro decretos que tinham por finalidade tratar da reorganização bancária, principalmente no que dizia respeito a emissão de moeda, letras hipotecárias, empréstimos, câmbio, descontos, penhor agrícola, etc. (Idem, p. 91-92).

Entretanto, ao contrário do que se esperava, as reformas empreendidas por Rui Barbosa não tiveram o êxito almejado, dando margem a inúmeras retificações, o que se tornou alvo de constantes críticas e culminou no pedido de demissão do ministro.

Aliado a isso, a crescente especulação realizada na Bolsa de Valores contribuiu para que esse período fosse de grande turbulência econômica para o Brasil. Face aos acontecimentos alarmantes, o Banco do Brasil se dispôs a cooperar com a gestão financeira do país, auxiliando o crédito público e atuando na sustentação do câmbio (Idem, p. 93).

Em novembro de 1890, o Banco do Brasil fundou uma agência na cidade de Londres, escolhendo, para instalá-la e dirigi-la, o Barão de Ladário. Entretanto, em maio de 1894, alegando motivo de saúde, o mesmo solicitou exoneração do cargo, o que resultou no fechamento da agência (Idem, p. 94-102).

Serzedelo Correia, que em 1892 ocupava a pasta da Fazenda, em substituição a Rodrigues Alves, sugeriu que o Banco do Brasil se fundisse ao Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, devido às dificuldades financeiras pelas quais ambos passam àquela época. Contudo, somente em novembro daquele ano, em virtude da forte resistência interposta pelo Banco do Brasil, o governo decretou a fusão, criando o Banco da República do Brasil. Em janeiro de 1893 a transação foi aprovada pelos acionistas do Banco do Brasil (Idem, p. 95-96).

O primeiro problema enfrentado pelo banco recém-criado foi a deficiência de caixa, gerada pelo alto passivo resultante dos empréstimos realizados, pela pouca liquidez das transações monetárias e pelas inúmeras liquidações das empresas que faliem por conta da crise.

Contornada a situação financeira da instituição, Afonso Pena, eleito presidente do Banco da República em 1895, propôs atribuir exclusivamente ao Estado a responsabilidade pelas emissões bancárias. Tal colocação foi apoiada pelo Ministro da Fazenda e pelo Presidente da República, o que resultou na criação de lei que regulou a matéria em 1896 (Idem, p. 104).

O ano de 1897 foi marcado por reformas nos estatutos do Banco da República e pela grave crise econômica pela qual o país atravessou devido aos inúmeros reveses sofridos nas tentativas de supressão do conflito de Canudos, o que causou acentuado *déficit* orçamentário. A situação somente foi contornada quando o então presidente

Campos Sales, em 1898, celebrou um acordo em Londres para o pagamento da dívida externa, considerado o primeiro passo rumo a austeridade (Idem, p. 105-106).

Juntamente com outras medidas, o governo de Campos Sales conseguiu amenizar os efeitos da crise econômico-financeira que abalou o país, tanto que em 1901 as previsões do Ministério da Fazenda eram bastante otimistas.

Em julho de 1905, o Ministro da Fazenda convocou os acionistas do Banco para propor uma reorganização no mesmo. Após mais duas reuniões da Assembleia, chegou-se a um acordo que extinguiu o Banco da República e recriava o Banco do Brasil a partir de 1906, alterando seus estatutos, conferindo prazo de duração de 30 anos e estabelecendo a possibilidade de criação de filias dentro e fora do país (Idem, p. 113).

Um fato determinante no sucesso posterior do Banco do Brasil após a reorganização de 1906 foi o ingresso do governo como acionista, detendo metade do capital e intervindo mais ativamente nas decisões dos acionistas particulares, fator esse que ainda permitia ao governo nomear o Presidente e o Diretor da Carteira de Câmbio (Idem, p. 114).

O ano de 1908 representou um marco na história do Banco do Brasil. Nele foi criada a primeira filial da instituição, localizada na cidade de Manaus, sendo a segunda agência em funcionamento no país. O objetivo era aproveitar o ciclo da borracha para dinamizar a região e promover a integração nacional. Nesse mesmo diapasão, foi estabelecida, no mesmo ano, outra sucursal em Belém e uma terceira na cidade de Santos, esta última pioneira na assistência financeira ao ciclo do café (Idem, p. 111).

Com a eleição de Hermes da Fonseca à Presidência da República em 1910, foi nomeado presidente do Banco João Alfredo Correa de Oliveira, em abril de 1911. Oliveira implementou novas medidas de expansão do crédito, bem como iniciativas para coibir desvios de verbas (Idem, p. 116).

Em 1913, tendo em vista que naquele tempo o banco não aproveitava os funcionários de seus quadros para dirigir as agências, a diretoria da instituição aprovou um regulamento para as agências, criando, ainda, um órgão central para fiscalizá-las. Também foram introduzidas, por intermédio de proposta de Pedro Betim Paes Leme, medidas destinadas a beneficiar os funcionários (Idem, p. 116).

As guerras europeias de 1914 deflagraram uma profunda crise econômica no país. Com a estagnação dos principais mercados consumidores dos produtos brasileiros, que reuniam todos os esforços para custeio das operações bélicas, houve brusca retração

na atividade agrícola e industrial nacionais, além do crédito externo ter se tornado também escasso. Isso fez com que o governo enfrentasse enorme dificuldade para honrar seus compromissos com os países credores e até mesmo para custear os gastos rotineiros da administração. Como se tornaram inviáveis os empréstimos, a solução foi apelar para a emissão de papel-moeda (Idem, p. 117-118).

A criação de novas agências teve uma aceleração a partir de 1915, quando foi promulgada lei visando à ampliação da presença do banco em todo o território nacional. Dessa maneira, no início de 1919,

estavam instaladas e funcionando regularmente novas agências em Corumbá, Maceió, Aracaju, Três Corações, Uberaba, São Paulo, Florianópolis, Natal, Ilhéus, Vitória, São Luís do Maranhão, Parnaíba, Juiz de Fora, Cataguases, Santa Luzia de Carangola, Ponta Grossa, Barretos, Ribeirão Preto, Varginha, Pelotas, Belo Horizonte, Jaú, Rio Grande, Bagé, Joinville e Livramento. Para breve já estavam previstas, então, inaugurações das agências de Mossoró, Camocim, Feira de Santana, São Félix, Bauru, Guaxupé e Cachoeira. E já estavam criadas, para serem oportunamente instaladas, as de Própria, Limoeiro, Barbacena, Ponte Nova, Uruguaiana, Monte Santo, Teófilo Otoni e Miracema (Idem, p. 120).

Com a estabilidade alcançada ao longo dos anos de 1915 a 1918, apesar da crise provocada pela Primeira Guerra Mundial, o Banco do Brasil ocupava uma posição sólida, fortalecendo sua imagem de estabelecimento de crédito e dando largos passos rumo à equiparação aos grandes bancos internacionais.

Os anos que se seguiram, até 1922, revelaram uma profunda crise econômica. Segundo relata a história oficial da instituição, tal situação se deu em virtude de fatores como “a depressão financeira universal, a fraqueza dos mercados consumidores e a hostilidade dos respectivos governos a qualquer incremento de importação burlaram as esperanças de instauração de uma fase de prosperidade” (Idem, p. 127).

A fim de frear os efeitos daquela conjuntura, o governo, utilizando o Banco do Brasil, determinou algumas medidas afetas, principalmente, à Carteira de Câmbio e à Carteira de Emissão e Redescontos. A iniciativa se mostrou positiva, gerando bons retornos e reinstalando a tranquilidade da vida econômica no país. O próprio Banco do Brasil se beneficiou dessas medidas, devido aos lucros advindos das operações de redesconto, elevando a instituição a uma posição de grande prestígio.

Apesar dos largos benefícios apresentados pela criação da Carteira de Emissão e Redescontos, a mesma foi alvo de inúmeras críticas, as quais denunciavam que

o Banco, ao atender o governo, auferia lucros com a cobrança de juros ao erário público. Assim, o Tesouro, inconsequentemente, pagava elevados juros ao Banco pelo dinheiro que a ele fornecia gratuitamente, quando podia se poupar desse prejuízo promovendo, ele próprio, as emissões (Idem, p. 129).

O Banco do Brasil continuava sua expansão nacional e internacional. Inaugurou agências na Argentina e Uruguai, bem como mais vinte e duas no país em 1923. No ano seguinte, a soma das unidades do banco chegava ao total de setenta e quatro. Aliado a esse contínuo processo de crescimento, o BB buscava também sanar as deficiências que porventura existissem nas agências já estabelecidas, com o intuito de solidificar a instituição, sem retardar o progresso da mesma (Idem, p. 130).

Àquela época, o Banco do Brasil ocupava uma posição de supremacia no mercado financeiro nacional, detendo mais de 40% de todo o movimento bancário. Isso fez com que houvesse a necessidade de ampliação de suas instalações físicas, e, em 1922, a sede da instituição se deslocou da Rua da Alfândega, no Rio de Janeiro, por onde estava a 72 anos, para a Rua Primeiro de Março, também na capital fluminense. Lá permaneceu até a transferência da Presidência para Brasília (Idem, p. 131).

Em 1923, a Carteira de Redescontos foi extinta devido à transformação sancionada por Artur Bernardes do Banco do Brasil em órgão emissor de papel-moeda. Alguns problemas surgiram em virtude dessa nova funcionalidade, pois o Tesouro passou a ser o maior devedor do BB, uma vez que este realizava constantes operações de antecipação de receita.

Com a eleição de Washington Luís à Presidência da República, um novo plano econômico foi colocado em prática visando, principalmente, à estabilização do câmbio. Nesse diapasão, foi criada a Caixa de Estabilização, atrelada ao Banco do Brasil, que funcionava como um mecanismo de segurança para a manutenção da taxa cambial planejada pelo governo.

O ano de 1929 apresentou aquela que talvez tenha sido a mais profunda crise econômica vivenciada por todo o mundo até os dias atuais. A grande depressão ocasionada pela derrocada da Bolsa de Valores de Nova Iorque se refletiu em todos os continentes. Em nosso país, “uma das primeiras consequências da crise foi a marginalização do Banco do Brasil, que deixou de vender cambiais, exceto para o governo federal e para suas cobranças, abandonando, assim, a política de estabilização” (Idem, p. 134).

A cultura cafeeira, principalmente no estado de São Paulo, vivia seus momentos mais amargos em função da crise de 1929. Vultuosos empréstimos foram concedidos pelo BB, por ordem do Presidente da República, na Praça de Santos, a fim de conter as consequências sobre a produção do café.

Todavia, os grandes dispêndios financeiros do Banco do Brasil para amenizar os efeitos da crise geraram problemas internos de caixa, pois diversos clientes que se valeram de altas quantias não conseguiram vencer a força adversa daquele momento e faliram, deixando de arcar com suas obrigações para com o Banco. Além disso,

havia câmbio vendido a descoberto, débitos vencidos em banqueiros do exterior e outros a vencer. O crédito do Banco do Brasil estava completamente abalado no exterior, pela emissão de saques contra banqueiros além dos limites concedidos e falta de pagamento de compromissos vencidos (Idem, p. 138).

O Banco do Brasil sentia a mais grave situação que enfrentara. Para sanar o problema, ouro de sua propriedade teve que ser exportado para que obtivesse crédito sobre o mesmo. O governo, por sua vez, elaborou uma série de medidas envolvendo o BB e o Tesouro, com o intuito de sanar a insolvência que cercava as contas do Banco.

Estas ações, principalmente as de controle cambial, impuseram enorme sacrifício à produção agrícola nacional, tendo em vista que, naquele período, as taxas de exportação sofreram um decréscimo de 63%. No intuito de amenizar os efeitos colaterais do câmbio sobre a agricultura, o governo decretou em 1933 uma série de medidas de reajuste econômico a fim de que os produtores agrícolas fossem financeiramente beneficiados e pudessem, destarte, retomar o impulso da lavoura. Criou, ainda, para executar tais medidas, a Câmara de Reajustamento Econômico, cujo funcionamento ficou a cargo do Banco do Brasil (Idem, p. 141).

Em 1934, no mesmo contexto, foi criado o Conselho Federal do Comércio Exterior, com a finalidade de regular as relações comerciais brasileiras com os países estrangeiros e coordenar os departamentos federais e estaduais de produção e suas classes produtoras (Idem, *Ibidem*).

Nos anos de 1935 a 1937, a presidência do BB concluiu que a instituição necessitava de uma reforma de vulto, a fim de modernizar a organização frente às inovações nas técnicas de administração que se apresentavam à época. Os marcos dessa mudança foram a criação de uma superintendência geral, a reforma dos estatutos

visando ao aumento do capital social da empresa e a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Idem, p. 144-145).

No referido período, foram lançadas algumas iniciativas da empresa objetivando o reconhecimento e o aperfeiçoamento técnico-profissional de seus quadros. Dentre elas, destacaram-se a criação da Comissão de Promoções, com o intuito de apurar o grau de merecimento de cada funcionário para uma futura promoção, e a introdução de cursos de aperfeiçoamento, a nível superior (Idem, p. 149).

A movimentação financeira do Banco do Brasil expandiu-se em 1938. Foram verificados aumentos nos depósitos e nos empréstimos, o que fez com que o lucro da instituição se elevasse de maneira considerável. Esse cenário de crescimento resultou, também, no aumento do número de funcionários do BB, que era de 3156 em 1935 e saltou para 3642 em 1938 (Idem, Ibidem).

Todavia, esse cenário positivo não se manteve por muito tempo. Alguns fatores fizeram com que se instalasse um clima de instabilidade na instituição, tais como a elevada dívida externa que se pagava por intermédio da contração de novos financiamentos em acordos realizados com os países credores; a crise da cultura cafeeira que sofria com a superprodução e com a falta de mercado consumidor, fazendo com que houvesse uma desvalorização do produto; a instabilidade política do Governo Vargas que culminou no episódio do Golpe de Estado no qual o próprio aboliu a Constituição Federal, dissolveu o Congresso Nacional e outorgou nova Carta Magna com poderes ditatoriais; as revoltas internas deflagradas nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro (Idem, p. 151-152).

Além dos reflexos econômicos negativos causados pelo conturbado cenário interno, em 1939 irrompeu a Segunda Guerra Mundial, envolvendo diversos países em todo o mundo, inclusive o Brasil.

Se por um lado a Segunda Grande Guerra contribuiu para a desvalorização do café, por outro lado fez com que diversos produtos considerados indispensáveis à alimentação e ao aparelhamento bélico tivessem um incremento em sua exportação, como, por exemplo, o óleo, o couro, a carne, as frutas, a madeira e os minerais. Esse movimento de exportação, principalmente para os Estados Unidos, fez com que no primeiro semestre de 1941 a balança comercial brasileira experimentasse um considerável *superávit* (Idem, p. 153-154).

Os anos em que perdurou a Segunda Guerra foram marcados também pela descontrolada emissão de moeda no país. Inicialmente, as emissões foram justificadas sob a alegação de apoio à produção industrial, que começava a ganhar vulto no Brasil. Contudo, o argumento não se sustentou, pois se verificou que tais medidas serviram muito mais ao pagamento das dívidas do Tesouro Nacional do que para qualquer outro fim (Idem, p. 158).

Na tentativa de sanar os problemas ocasionados pelo excesso de emissões, o governo elaborou um plano financeiro, tendo como principais diretrizes a transformação da moeda nacional de réis para cruzeiro, onde um cruzeiro correspondia a mil réis; autorização para emitir em obrigações de guerra; restrição da faculdade emissora do Tesouro; ampliação da defesa econômica. Em benefício da lavoura

o governo estabeleceu, entre outras medidas, a suspensão de execuções judiciais contra os agricultores e o pagamento, em letras hipotecárias, de quaisquer dívidas de agricultores, proprietários de imóveis, contraídas até 31 de dezembro de 1937, desde que devidamente comprovadas por escritura pública, instrumento particular constante de registro público ou de livros comerciais autenticados, títulos protestados, decisões judiciais, ou qualquer outro meio de prova julgado idôneo pelo Banco do Brasil. (Idem, Ibidem).

Em 1941, o Banco do Brasil possuía uma agência central, 92 agências e 118 subagências. A quantidade era considerada pouca, tendo em vista a necessidade de aumento do número de instalações bancárias que o país demandava.

A fim de amenizar a situação, no ano de 1942 foram abertas mais uma agência e 62 subagências, o que fez o número de funcionários subir de pouco mais de 3800 em 1940 para quase 6400 ao findar daquele ano.

A Carteira de Exportação e Importação, criada em 1941 e consolidada em 1942, representou um importante marco na atuação do Banco do Brasil. Sua concepção se baseou no estímulo à exportação dos produtos nacionais e na garantia de condições favoráveis à importação de produtos estrangeiros.

O governo de Getúlio Vargas, deposto em 1945, deixou uma herança negativa para o país: a inflação. A política econômica daquele governo, sustentada pelas emissões em excesso, foi considerada um fator de aceleração do desregramento do crédito, o que potencializou os efeitos inflacionários. Esse fator, aliado ao aumento das despesas públicas, contribuiu para o agravamento do déficit orçamentário.

Sob esse cenário, o BB empenhou-se em combater a inflação, efetivando diversas medidas para redução da despesa pública. Entretanto, a situação cambial do Brasil favorecia as emissões, em virtude da balança comercial favorável e do acúmulo de moeda estrangeira. A solução encontrada foi a de retomar o regime de liberdade restrita de câmbio, segundo o qual se assegurava “a liberdade de compra e venda de cambiais e moedas estrangeiras” (Idem, p. 165).

Na tentativa de alcançar as metas estabelecidas para o crescimento econômico do país, o governo criou em 1943 a Comissão de Financiamento da Produção, a qual competia o planejamento e a execução do apoio financeiro à produção. Nesse diapasão, importante foi o papel da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil a qual financiou, na base de preços mínimos, itens como arroz, feijão, milho, amendoim, soja e girassol (Idem, p. 166).

Acompanhando o lento, porém crescente, desenvolvimento econômico nacional, o número de funcionários do Banco saltou de 7162 em 1943 para 9814 em 1946. Juntamente, o número de agências aumentou de 246 em 1943 para 267 em 1946. Em 1944 foi criada a Caixa de Assistência aos Funcionários (atualmente conhecida como CASSI), com o objetivo de prestar assistência médico-hospitalar aos associados e seus familiares.

Apesar do investimento realizado na segunda metade da década de 40, notadamente em 1948 com o reajustamento da economia nacional, a produção agrícola brasileira apresentou baixo rendimento produtivo, à exceção do café com a “expansão do mercado americano e com a reabertura do mercado europeu” (Idem, p. 181).

Ao alvorecer da década de 50, o BB já havia se tornado responsável por inúmeras atribuições relacionadas ao controle econômico e financeiro do país tais como

execução e controle das operações de câmbio em todo o país; controle das exportações e importações, mediante serviço de licença-prévia; operações de redesconto bancário; agente financeiro da Caixa de Mobilização Bancária; fiscalização bancária sobre operações de câmbio; controle e liquidação de bens de súditos de países que estiveram em guerra com o Brasil; compra de ouro (20% da produção das minas nacionais); cooperações especializadas de assistência ao comércio exportador e importador; operações especializadas de crédito agrícola, pecuário e industrial; operações de defesa de mercados de produtos agrícolas (Idem, Ibidem).

Na mesma época, a pressão existente para a criação do Banco Central aumentou bastante. Em que pese a existência da Superintendência da Moeda e do Crédito desde

1945, argumentava-se que o aparato estatal necessitava se tornar mais eficiente, a fim de acompanhar a contento o processo de desenvolvimento da economia brasileira.

A iniciativa, entretanto, era vista com reservas por parte dos conservadores, pois temiam o enfraquecimento do Banco do Brasil com tal medida. Outros, como o próprio Presidente do BB à época, Manoel Guilherme da Silveira Filho, alertavam que seria impossível uma instituição secular como o Banco do Brasil enfraquecer, pois seria sinônimo de enfraquecimento do país.

Até o final dos anos 1950 houve grande expansão da estrutura do BB. Ao findar de 1957, a instituição contava com 21604 funcionários. Em 1959, iniciou-se o processo de construção e transferência da sede do Banco para a Capital Federal, além da abertura de 16 novas agências no país e mais 2 no exterior (Buenos Aires e La Paz), somando-se às 435 existentes no território nacional e às outras 2 em solo estrangeiro (Montevidéu e Assunção).

A década de 1960 foi marcada por dois grandes acontecimentos. Primeiramente, a reforma bancária de 1965, medida pela qual foi registrado um aumento no volume de aplicações do Banco. Isso fez com que o lucro do BB mais que dobrasse em relação ao exercício financeiro anterior, chegando aos Cr\$ 3,8 bilhões. Em 1963, o número de funcionários da Instituição já se encontrava na casa dos 33549, um grande salto para um período de apenas 6 anos de diferença.

O segundo grande acontecimento da referida década foi a instauração dos governos militares. Naquela época, “o país sofria os efeitos do crescimento da inflação e do desequilíbrio econômico. Agitações estudantis e operárias, revoltas militares e invasões de terra eclodiam pelo território nacional e o governo, sem demonstrar autoridade, não exercia uma eficiente ação repressora” (Idem, p. 190). Tal situação culminou no golpe militar de 31 de março de 1964. A política econômica adotada pelos militares tinha como principais objetivos: “combate à inflação, retomada do ritmo de desenvolvimento econômico do país e regularização da dívida externa” (Idem, p. 191).

Com a sanção da lei de reforma bancária em 1965, houve uma divisão de determinadas funções econômicas entre o BB e o então recém-criado Banco Central da República do Brasil.

O Banco do Brasil passou a

receber, a crédito do Tesouro, as importâncias provenientes da arrecadação de tributos ou rendas federais e o produto das operações

ligadas à colocação de obrigações, apólices ou letras do Tesouro Nacional; realizar os pagamentos e suprimentos necessários à execução do Orçamento Geral da União e leis complementares, de conformidade com as autorizações do Ministério da Fazenda, as quais não poderia exceder o nível global dos recursos a ele recolhidos, sendo vedada ao estabelecimento a concessão de créditos de qualquer natureza ao Tesouro. Cumpria-lhe, ainda: conceder aval, fiança e outras garantias, consoante expressa autorização legal; adquirir e financiar estoques de produção exportável; executar a política de preços mínimos dos produtos agropecuários, ser agente pagador e recebedor fora do país; executar o serviço da dívida pública consolidada (Idem, Ibidem).

Enquanto isso, o Banco Central da República do Brasil

incorporou a Carteira de Redescontos e a Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil, além de assumir algumas funções controladoras antes atribuídas à Carteira de Câmbio. O novo órgão teria ampla competência sobre a atividade econômica nacional, destacando-se a emissão de papel-moeda, execução dos serviços do meio circulante, recebimento de depósitos compulsórios, operações de redesconto, depósitos das reservas internacionais do país, controle de capitais estrangeiros e de crédito, sob todas as formas (Idem, Ibidem).

Além da manobra supracitada, a reforma de 1965 criou o Conselho Monetário Nacional, cuja finalidade “era reger a política monetária do país, a níveis interno e externo, tendo em vista o desenvolvimento harmônico da economia nacional e a prevenção dos surtos inflacionários ou deflacionários” (Idem, Ibidem).

Os efeitos da reforma bancária de 1965 foram bastante positivos para o BB. Em 1966, o lucro líquido da instituição se elevou para casa dos Cr\$ 91,9 milhões, representando um incremento de 90% em comparação ao ano anterior. O crescimento se seguiu em 1967 quando o lucro líquido atingiu o patamar dos Cr\$ 163 milhões, um adicional de 39% sobre os resultados de 1966.

A década de 1960 também se mostrou importante para aumentar a projeção do Banco no exterior. Inaugurou-se uma agência em Lima, autorizou-se a abertura de filial em Nova Iorque e foram feitas gestões para a criação de agências ou escritórios na Cidade do México, Bogotá, Caracas e Quito. Além disso, houve uma reestruturação administrativa no ano de 1967 que, aliada à modernização de equipamentos, técnicas e métodos de racionalização dos serviços, foi responsável pelo “melhor atendimento ao público, a captação de recursos em ritmo crescente e maior expansão operacional, sem aumentar as despesas” (Idem, p. 193).

Os anos 1970 trouxeram a consolidação do BB no exterior. Foram abertas agências e escritórios em Hamburgo, México, Londres e Tóquio. Ainda, se iniciaram projetos de expansão para Paris e Milão. Em 1971, a Instituição já contava com 975 agências em solo brasileiro e mais 14 no exterior.

O período foi marcado também pela modernização estrutural, com a adoção do cheque-ouro e dos caixas executivos, e pelo maciço investimento no aprimoramento intelectual e profissional do quadro de pessoal através de um programa de seleção para realização de mestrado no exterior, bem como estágios em agências fora do país.

No ano de 1975, o BB já se encontrava presente em todos os continentes do mundo, com a abertura de escritórios de representação em Sidney, na Austrália, e em Lagos, na Nigéria.

A participação do Banco do Brasil no processo de integração e desenvolvimento nacional foi preponderante na aludida década. Em 1976, houve grande aporte financeiro aos produtores rurais das regiões Norte e Nordeste, a fim de amenizar as perdas causadas pelas enchentes e estiagens. Além disso, o Banco contava naquele ano com aproximadamente 92% de suas agências localizadas em cidade do interior do país.

Os últimos anos da década de 1970 foram voltados para o suporte financeiro aos micro e pequenos empresários e produtores rurais, parcela do mercado considerada prioritária para o BB, visto que “sua importância para o equilíbrio e estabilidade da economia nacional [...] permitem larga absorção de mão de obra e contribuem para a desconcentração industrial e a redução de desequilíbrios regionais” (Idem, p. 195).

Os registros do bom desempenho do Programa Nacional do Alcool (Pro-Alcool), desencadeado pelo governo federal como alternativa à crise do petróleo anunciada nos anos 1970, marcou o início dos anos 1980 para o BB, uma vez que a maioria dos recursos utilizados para financiar o programa provinha da instituição.

Nessa década, o Banco do Brasil continuou a se empenhar na ampliação de seu relacionamento com o exterior. Foram abertas agências no Caribe e arquitetou-se a expansão dos negócios no Oriente e na África.

A partir de 1982, o BB foi se transformando em um grande conglomerado. Firmou contrato com a Petrobras visando à exploração submarina, fundando para isso a *BB-Leasing Company Ltd.* Além disso, criou a *BB Tours-Voyages e Tourisme*, a fim de ampliar o fluxo turístico para o país (Idem, p. 195).

A vocação do BB para promover o desenvolvimento e a integração nacional foi mais uma vez revelada naquele ano de 1982, quando o então presidente da instituição, Osvaldo Colin, obteve autorização junto ao Conselho Monetário Nacional para abrir 1134 novas agências no país, as quais a maioria estaria situada em regiões remotas do nosso território.

O sistema de saques eletrônicos foi consolidado no ano de 1983, tendo iniciado seu processo em Brasília e com previsão de expansão, ainda naquele ano, para Rio de Janeiro e São Paulo.

O ano de 1984 foi de grande importância na história do BB. Nele, a instituição lançou uma oferta pública de ações, que, segundo o próprio Banco (Idem, p. 197), tinha a intenção de democratizar o capital da empresa. A abertura proporcionou um aporte de Cr\$ 174 bilhões, representados em 2,9 bilhões de ações pertencentes a 273 mil acionistas. Registre-se, ainda, que nesse mesmo ano foram iniciados os primeiros acordos entre os banqueiros e as entidades representantes dos bancários.

Com o fim dos governos militares em 1985, chamada de redemocratização do Brasil, assumiu a Presidência do Banco Camillo Calazans Magalhães. Já em seu discurso inicial, apontava que o BB estava, possivelmente, no auge de um processo de desgaste perante a comunidade econômica internacional, em virtude dos refinanciamentos da dívida externa brasileira. Considerava que o Banco tinha perdido espaço no mundo financeiro e necessitava recuperar essa credibilidade para que pudesse cumprir o seu papel de agente financiador do desenvolvimento nacional.

Mais uma vez, a instituição procurou focar seus esforços no pequeno produtor rural e urbano. Ampliou o fomento à produção com o intuito de abastecer o mercado interno e proporcionar a formação de excedentes destinados à exportação. Expandiu suas atividades a outros setores através da criação da Fundação Banco do Brasil, a fim de apoiar financeiramente a atividade científica e tecnológica, além de aumentar significativamente a população assistida pelo Fundo de Desenvolvimento Comunitário.

Ainda, observou-se uma intensa informatização da atividade do Banco. Com isso, o BB passou a ser a instituição com maior capacidade de armazenagem de dados e velocidade de processamento dos mesmos, sendo considerada pioneira em automação de serviços. O ápice desse momento foi a implantação dos terminais de atendimento online nas agências das capitais no final de 1986, além da elaboração do Plano Integrado de Automação de Agências.

Parte dessa nova política interna tinha como objetivo a redução de custos para amenizar os efeitos da crise econômica vivida à época. Para que as metas fossem alcançadas, o Banco do Brasil optou pela redução de sua rede no exterior. Ao final de 1987, o número de agências fora do Brasil encontrava-se na casa de 50 unidades. Entre 1988 e 1992, foram encerradas 8 dependências. De 1995 até o ano 2000, desativaram-se mais 13 agências.

A retomada das inaugurações na rede externa do Banco se deu a partir de 2001, com destaque para as dependências de Nagano, Ibaraki e Gigu, todas no Japão, importante marco que possibilitou um considerável aporte tecnológico no que tange as ações de Internet e Telefone *Banking*. Em 2004, foram inauguradas agências em Cascais (Portugal) e Luanda (Angola). O ano de 2005 trouxe a criação da corretora *BB Security LLC*, em Nova Iorque. No ano seguinte, mais duas agências em Portugal. Desta forma, ao final de 2007, o BB passou a contar com 71 pontos de atendimento no exterior.

Retomando os idos de 1986, ainda como parte do projeto de reestruturação do Banco, foi implementado o modelo atual de funcionamento das agências de varejo, dividido em duas vertentes: o atendimento, voltado para as atividades que envolvem o público; e o suporte, cujo foco são as atividades de apoio que complementam as primeiras. Isso possibilitou a liberação de mão de obra de tarefas burocráticas a fim de voltá-la para a negociação de produtos e serviços.

E foi justamente naquele ano que o BB passou a ter autonomia para atuar como um banco comercial, ocasião em que lhe foram facultadas todas as operações inerentes às demais instituições financeiras. O Banco procurou rapidamente se adequar à nova realidade, por meio do Projeto Banco Múltiplo, sem, entretanto, esquecer-se de sua importância como agente de fomento ao desenvolvimento e integração nacional.

Assim, o BB, como parte de sua estratégia, lançou, entre 1987 e 1988, a Poupança Ouro, o Fundo de Renda Fixa e o cartão de crédito Ourocard, realizando, ainda, a consolidação do Cheque Ouro e a constituição de sua Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BB-DTVM).

Em 1989, foi inaugurado o Centro Cultural Banco do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, aproveitando o ensejo das comemorações de 181 anos de criação da instituição, com o intuito de ser um espaço multidisciplinar de disseminação da cultura para a população. Atualmente, existem mais 3 CCBBs, além do já mencionado, nas cidades de Brasília (2000), São Paulo (2001) e Belo Horizonte (2013).

Os anos 1990 alvoreceram com o novo, e curto, governo de Fernando Collor de Mello, afastado do poder após o *Impeachment* de 1992. No cenário interno do BB, o período foi marcado por uma revisão do quadro de pessoal. Diversos cargos e funções foram extintos, o que resultou numa redução de quase dezesseis mil funcionários. Tal iniciativa estava intimamente ligada ao processo de automação do Banco. Ainda naquele ano, foi criado o Seguro Ouro Residencial.

Em 1991, o BB realizou concurso visando à seleção de pessoal. Foram ofertadas 2500 vagas. Todavia, apenas 1264 candidatos de todo o país se inscreveram para o exame. Para que se tenha uma noção, em concurso realizado em fevereiro de 2014, inscreveram-se mais de 636 mil candidatos para concorrer a 8630 vagas⁵.

No ano de 1992, o Banco do Brasil se tornou a única instituição no país a emitir cheque de viagem em moeda estrangeira, o chamado *traveler's check*.

Com o intuito de aumentar a captação de recursos para longo prazo, o BB criou em 1994 a Brasilprev, sua companhia de previdência privada aberta, considerada nos dias atuais como a empresa com a maior captação líquida desse segmento no mercado brasileiro. Outro acontecimento que marcou a história do Banco, e também do país, foi a implantação do Plano Real. Segundo Oliveira (2008, p. 357), “o Banco do Brasil desempenhou, mais uma vez, função estratégica, já que fora o responsável pela substituição de antiga moeda pela nova, em curto tempo de espaço, em todo território nacional”.

Com a adoção do Plano Real, o Brasil, enfim, conseguiu, já no curto prazo, controlar a inflação. A estabilização dos preços proporcionada pelo Real gerou, todavia, um custo macroeconômico ao país, que segundo Angelo e Couto (2008) representaram: o aumento da dívida pública mobiliária federal interna; a elevação da dívida externa líquida; o baixo crescimento do PIB; o aumento da taxa de desemprego.

Em face desse cenário, o Banco precisou realizar ajustes internos para compensar a redução do lucro decorrente da alta inflação. Para isso, implementou, a partir de 1995, uma política de redução de custos baseada na informatização, redução de gastos com pessoal e venda de bens imóveis de pouca serventia. Como expressão prática dessas ações, formulou-se o Plano de Desligamento Voluntário (PDV) da

⁵ Cf página do G1 na rede, disponível em: <<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2014/02/prova-do-banco-do-brasil-tem-questao-sobre-botoes-do-facebook.html>>.

instituição, que resultou na redução de quase 43 mil funcionários entre os anos de 1995 e 1997.

Ainda, a fim de diversificar seu portfólio e aumentar a captação, foram firmadas parcerias com outras empresas que se consubstanciaram na abertura da Brasilcap, com foco na venda de títulos de capitalização, e a Brasilseg, voltada para o mercado segurador. Houve também uma reestruturação física das dependências, com a extinção de quase 200 agências no país e mais 8 no exterior no biênio 1995/1996.

Em 1998, dois episódios se destacaram na estrutura no Banco. A criação do Centro Tecnológico, capaz de armazenar toda a base de dados da empresa e a certificação ISO 9002 em análise de crédito.

O ano de 1999 já anunciava os grandes adventos que o novo milênio traria à dinâmica das transações bancárias. Naquele ano, o BB foi o primeiro a lançar a plataforma de *Personal Banking*, que podia ser acessada por *palmtops*.

Os anos 2000 foram inaugurados com o lançamento do Portal *bb.com.br* na rede mundial de computadores, o que o tornou líder em quantidade de usuários de internet *banking* no país.

O ano seguinte foi marcado por uma reestruturação administrativa de sua diretoria, que passou a contar com o Presidente, sete vice-presidentes e mais 16 diretores, tudo visando a menor centralização nos processos decisórios. Ainda, o Banco passou a atuar em novo formato institucional dividindo-se em três vertentes: atacado, varejo e governo. Também foi conferida autonomia administrativa à BB-DTVM, o que lhe proporcionou maior competitividade no mercado.

Em 2002, o BB converteu suas ações preferenciais em ordinárias, já visando ao movimento que se vislumbrava e que se concretizou em 2006: o Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (atualmente BM&FBOVESPA).

Sempre na busca de novos mercados e novas oportunidades, o Banco criou, em 2003, duas subsidiárias. A primeira foi a BB Consórcios, alternativa ao acesso a bens móveis duráveis. A outra foi o Banco Popular do Brasil, voltado para o setor informal da economia, cuja renda não ultrapassasse os dois salários mínimos.

Em 2006, o BB criou a carteira de crédito imobiliário, diversificando ainda mais suas opções de produtos oferecidos aos clientes.

O ano de 2008 propiciou ao Banco aumentar sua capilaridade no território nacional ao incorporar o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) e o Banco do

Estado do Piauí (BEP) e controlar as ações do Banco Regional de Brasília (BRB). As expansões se estenderam por mais dois anos, quando, em 2009, o BB incorporou o Banco Nossa Caixa e, em 2010, adquiriu 50% das ações do Banco Votorantim e 51% das ações do Banco da Patagônia.

Os anos de 2011 e 2012 foram marcados por diversas operações internacionais de captação de recursos, como a emissão de títulos do programa *Global Medium Term Notes (GMTN)* em euros, a emissão de Dívida Subordinada e a emissão de *Senior Notes* no mercado norte-americano, o que demonstrou a credibilidade da instituição no cenário internacional, resultando em elevação nas avaliações de importantes agências de classificação de risco, como *Fitch Rating*, *Moody's* e *Standard & Poor's*. Além disso, nesses dois anos foram registrados os maiores lucros líquidos do BB, em virtude, também, da expansão da oferta de crédito no país.

Após 2012, o episódio de maior relevância na história mais recente do Banco foi a criação do programa conhecido como BOMPRATODOS, quando o BB foi a primeira instituição financeira a anunciar a redução das taxas de juros para todas as suas linhas crédito, ainda quando essas taxas apenas sinalizavam baixa no cenário macroeconômico.

Apesar das mudanças ocorridas na forma de atuação do BB, a partir de sua desvinculação da Conta Movimento em 1986, o que lhe permitiu atuar como as demais instituições financeiras, seu papel de agente impulsionador do progresso nacional nunca foi esquecido, agindo em íntima conexão com a política social-cultural e econômico-financeira do governo e garantindo ao país os recursos necessários para seu desenvolvimento.

2.3 O impacto do BB no mercado de trabalho local

É inegável o protagonismo do Banco do Brasil no mercado de trabalho bancário nacional e, conseqüentemente, local. De acordo com o Relatório Anual de 2011, o Banco do Brasil era considerado a maior instituição financeira da América Latina, sendo um dos principais agentes de desenvolvimento socioeconômico do país (BANCO DO BRASIL, 2011, p. 6).

O subsetor bancário está situado no setor de serviços, também chamado de terceiro setor. Ele

corresponde à venda de produtos e aos serviços comerciais oferecidos à população, é um dos principais responsáveis pela economia nacional. [...] Eles são tão presentes na vida dos brasileiros que o setor terciário corresponde a quase 70% do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de tudo o que o País produz – e por mais de 75% dos empregos formais, segundo o IBGE (BRASIL, 2013).

Essa proeminência do setor de serviços também pode ser verificada na realidade de Manaus. Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011a, p. 6) apontam que o setor teve a maior participação na atividade econômica da cidade com 44,1% do saldo total, seguido pelos setores de comércio com 19,1%, industrial com 16,2% e construção civil com 11,5%.

O Brasil conta com 143 instituições oficialmente credenciadas pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN, 2013a). Deste total, o BB é aquele que possui o maior número de agências espalhadas por todo o país com 5.355 destas, além de 13.708 postos de atendimento, segundo dados de 31 de dezembro de 2012 (FEBRABAN, 2013b). Isso representa 24,43% do total de agências bancárias no país e 28,66% dos postos de atendimento existentes no Brasil.

No Estado do Amazonas, do total das 200 agências bancárias existentes, o Banco do Brasil possui 43 delas, o que representa 21,5% desse total, além de deter 173 postos dos 850 existentes, o que significa 20,35% do total dos mesmos. Já na cidade de Manaus, o número de agências atualmente está na casa de 25 (FEBRABAN, 2013c). Sendo assim, somente na capital amazonense estão concentradas mais de 50% do total das existentes em todo o estado.

Quanto ao assunto empregabilidade, os dados do Relatório Anual de 2011 revelaram que o BB era responsável pela contratação de 113810 funcionários em todo país à época, sendo a região Norte detentora de 5163 empregados desse total (BANCO DO BRASIL, 2011, p. 99).

De acordo com dados de 2010 apresentados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do governo do Amazonas – SEPLAN (AMAZONAS, 2010, p. 7), o estado do Amazonas possuía quase 3,5 milhões de habitantes, divididos em 62 municípios. Destes, aproximadamente 2,2 milhões viviam na chamada Região Metropolitana de Manaus, composta pela capital e os municípios de Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Careiro da Várzea, Manacapuru, Iranduba e Novo Airão, representando o centro econômico do estado.

Ainda, segundo dados da SEPLAN (Idem, p. 21), o setor de serviços era responsável por 50% do PIB de Manaus, gerando quase 125 mil empregos formais e a população economicamente ativa estava dividida, por gênero, em 57,7% de homens e 42,3% de mulheres.

Todavia, novamente conforme os apontamentos estatísticos da SEPLAN (Idem, ibidem), a renda per capita da capital amazonense estava em pouco mais de R\$ 262,40. Em termos salariais, o empregado ingressava no mercado de trabalho manauara percebendo em média R\$ 881,00 e tinha seu vínculo empregatício sustado com a remuneração média de R\$ 1002,00 (DIEESE, 2011a, p. 6). Guimarães (2013) salienta que, na região norte do Brasil, 60% das trabalhadoras possuem remuneração de apenas um salário mínimo, além de encontrarem-se na região cujo índice de desenvolvimento social para as mulheres é o menor do país.

A partir dos números acima apresentados, é possível verificar que existe um nível considerável de precarização das condições de trabalho em Manaus, e no estado do Amazonas de maneira geral, que assola a todos os trabalhadores, mas, sobretudo, as trabalhadoras.

Esses dados são valiosos para esta pesquisa, pois a remuneração média percebida pelas funcionárias do Banco em nível operacional em 2011, por exemplo, era de R\$ 3913,33 (BANCO DO BRASIL, 2011, p. 107). Isso representa uma faixa salarial elevada, quando em comparação com as demais trabalhadoras da cidade, o que confere às bancárias melhores condições de vida.

A comparação com outros bancos existentes no país é dificultosa, devido à vinculação governamental que alguns possuem e outros não. Como o ingresso nos bancos estatais é realizado obrigatoriamente mediante aprovação em concurso público, a divulgação do salário inicial é de conhecimento geral, em virtude do princípio constitucional da publicidade. Nos bancos privados, não existe tal obrigatoriedade, o que leva estas empresas a reservas quanto à publicização de tais informações.

Uma possível verificação seria comparar os dados do Banco do Brasil com os da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco da Amazônia (BASA), pois estas são empresas públicas, com perfil semelhante ao do BB⁶.

Com relação ao salário percebido pelos funcionários do cargo inicial, por exemplo, a diferença é praticamente inexistente entre BB e CEF. O funcionário da CEF nesse cargo, denominado Técnico Bancário Novo, recebe em média R\$ 3973,50⁷, valor bem próximo aos R\$ 3958,77 do cargo equivalente no BB (BANCO DO BRASIL, 2011, p. 107). Todavia, a diferença é considerável quando comparada ao Banco da Amazônia, cujo valor está na casa dos R\$ 3070,47⁸. É evidente que esta comparação deve guardar as devidas proporções, uma vez que BB e CEF possuem capilaridade nacional, enquanto o BASA encontra-se restrito à região Amazônica.

Outro índice a ser considerado nessa análise diz respeito à taxa de rotatividade da mão de obra no mercado de trabalho. Tal conceito é definido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos como “a substituição do ocupante de um posto de trabalho por outro, ou seja, a demissão seguida da admissão, em um posto específico, individual, ou em diversos postos, envolvendo vários trabalhadores” (DIEESE, 2011b, p. 11).

Para que se tenha uma noção, nos anos de 2009 e 2010 a cidade de Manaus apresentou taxas de rotatividade de 47,7% (2009) e 50,7% (2010), enquanto o país como um todo obteve 49,4% e 53,4% nos respectivos anos mencionados (DIEESE,

⁶ O Banco do Brasil, no que diz respeito à forma como seu capital encontra-se distribuído, é classificado como uma sociedade de economia mista. Isso significa que agentes das iniciativas pública e privada são responsáveis pela formação do capital da empresa, sendo que o Estado deve obrigatoriamente ser o detentor de mais da metade das ações com direito a voto. Já a Caixa Econômica Federal e o Banco da Amazônia são empresas públicas, ou seja, são constituídas exclusivamente por capital público.

⁷ Informações disponíveis em: <http://www14.caixa.gov.br/portal/acaixa/home/trabalhe_caixa>.

⁸ Informações disponíveis em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/concursos/concurso-publico-2014>>.

2012, p. 21). Por sua vez, o Banco do Brasil apresentou taxas nacionais dessa natureza em patamares ínfimos, com 2,93% em 2009 e 4,60% em 2010, sendo que a região norte do país foi responsável por 0,12% do total de 2009 e por 0,16% dos números de 2010 (BANCO DO BRASIL, 2011, p. 100).

Tal avaliação indica que os funcionários do Banco do Brasil gozam de uma certa estabilidade, o que traz a este público a sensação de segurança econômico-financeira. De encontro a esta perspectiva, temos que as “elevadas taxas de rotatividade são um sério problema, que afeta o funcionamento do mercado de trabalho” (DIEESE, 2011b, p. 11). Primeiramente, os maiores afetados são os trabalhadores, que vivem uma situação total de insegurança com relação ao seu vínculo empregatício, temendo constantemente o desemprego e a busca subsequente pela recolocação no mercado de trabalho. Da mesma maneira, a grande rotatividade dessa mão de obra pode impactar negativamente nos cofres públicos, em virtude do pagamento de verbas compensatórias como o seguro-desemprego, por exemplo.

Ao analisar os dados acima, verifica-se que, no contexto do mercado de trabalho bancário em Manaus, o Banco do Brasil é responsável pelo oferecimento de salários acima da média percebida pelos trabalhadores da região e que possui uma taxa de rotatividade abaixo das registradas nos últimos anos. Isso proporciona um nível socioeconômico elevado, sensação de estabilidade contratual e segurança financeira, refletindo-se, de maneira geral, em melhores condições de vida a esta população específica.

3 A POLÍTICA DE GÊNERO NO BANCO DO BRASIL

3.1 Políticas afirmativas de equidade de gênero no Banco do Brasil

As políticas afirmativas de gênero no Brasil se encaixam de maneira recente em nossa história social. Delgado et al. (2002, p. 11) sustentam que, ao passo que suas primeiras manifestações ocorreram na década de 1950 nos Estados Unidos da América e em alguns países europeus, se expandindo rapidamente a partir da década de 1970, com o processo de mundialização da economia, no território nacional estas iniciativas emergiram, de maneira bastante restrita, somente nos anos de 1990, em decorrência da promulgação da Carta Magna de 1988 que em seu artigo 7º, inciso XX prevê a “proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei” (BRASIL, 1988).

As ações afirmativas de gênero têm o objetivo de promover a igualdade entre homens e mulheres por intermédio da adoção de normas equitativas, com a finalidade de que estas perpassem democraticamente as relações cotidianas desses atores sociais, minorando ou até mesmo cessando as desvantagens das mulheres em relação aos homens. São, pois, políticas que buscam “corrigir antigas e novas discriminações” (DELGADO ET AL, 2002, p. 11).

No que tange ao mercado de trabalho, estas iniciativas visam à sensibilização dos agentes econômicos para que os mesmos reajam “à reprodução de preconceitos e estereótipos da tradicional divisão do trabalho entre os sexos”, oferecendo “exemplos positivos de igualdade de tratamento, de formação e de promoção no cotidiano das organizações” (Idem, ibidem).

Isso se faz mister no âmbito das relações empregatícias, pois “o mundo do trabalho parece que não só é capaz de reproduzir, mas também de inovar as configurações assimétricas das identidades e das divisões de papéis” (Idem, p. 14), como são exemplos o trabalho informal, os empregos de meia jornada (*part-time*) e aqueles ligados essencialmente a atividades inerentes à função reprodutiva da mulher ou que exigem pouca qualificação profissional. Destarte, para que as políticas de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres possam ser introduzidas no âmago das instituições, é necessário que haja “uma ampla negociação interna das modalidades organizativas do processo produtivo” (Idem, Ibidem).

O Banco do Brasil, através dos seus mecanismos de excelência gerencial (também conhecida como Qualidade Total), definiu como sua principal missão “ser um banco competitivo e rentável, promover o desenvolvimento sustentável do Brasil e cumprir sua função pública com eficiência”, de acordo com o Relatório Anual de 2011 (BANCO DO BRASIL, 2011, p. 7). Partindo dessa definição, a instituição elencou diversos valores a serem cultuados pelo público interno, que servem como pilares de sustentação à estratégia da empresa e, por conseguinte, à consecução de seus objetivos organizacionais.

Dentre os valores escolhidos para orientar o comportamento dos funcionários e reger as relações de trabalho existentes naquele ambiente, destacam-se, para efeitos deste estudo, dois que estão diretamente ligados aos objetivos deste trabalho.

O primeiro deles, segundo o relatório supracitado (Idem, *ibidem*), enfatiza a “ascensão profissional baseada no mérito”. Em que pese a relativa subjetividade da definição, algumas ideias podem ser depreendidas acerca da noção de valorização pelo mérito. Desempenho funcional, nível de capacitação técnico-profissional, grau de especialização intelectual, tempo de serviço, são alguns dos possíveis termos que podem estar relacionados a essa categorização utilizada pelo BB.

Aliado a ele, outro relevante valor incorporado pela instituição no desenvolvimento de seus objetivos estratégicos foi o “respeito à diversidade” (Idem, *ibidem*). A ideia de diversidade abrange os mais variados aspectos de identidade cultural e social, como sexo, raça, religião, entre outros, o que demonstra uma postura proativa do Banco do Brasil frente às demandas sociais de igualdade que a cada dia tomam maior proporção no seio de nossa sociedade.

O próprio Código de Ética do Banco do Brasil⁹, em seu item 2, que trata dos funcionários e colaboradores, menciona tais valores em seus subitens 2.2 e 2.6, cujos conteúdos são “Repudiamos condutas que possam caracterizar assédio de qualquer natureza” e “Reconhecemos, aceitamos e valorizamos a diversidade do conjunto de pessoas que compõem o Conglomerado”, respectivamente.

⁹ Vide Anexo 1 – Código de Ética do Banco do Brasil, retirado da página eletrônica da própria instituição. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page3,136,3506,0,0,1,8.bb?codigoMenu=203&codigoNoticia=668&codigoRet=823&bread=4>>. Acesso em: 10 mar. 2013

No que diz respeito à busca pela equidade de gênero, o primeiro passo dado pelo BB nessa direção foi a adesão, no ano de 1997, à iniciativa promovida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), inspirada em legislação francesa de 1977, de premiar as empresas que publicassem anualmente seus balanços sociais, evidenciando os investimentos com funcionários, meio ambiente e setores externos às mesmas (DELGADO ET AL, 2002, p. 17-18).

Mais recentemente, o Banco do Brasil aderiu a duas iniciativas de caráter nacional e internacional, respectivamente, para efetivar as necessárias mudanças na cultura organizacional, a saber: Programa Pró-Equidade de Gênero, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, e Princípios de Empoderamento das Mulheres, articulado pelo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres (UNIFEM) e pelo Pacto Global das Nações Unidas.

A história do Programa Pró-Equidade de Gênero¹⁰ iniciou-se em 2005, com o objetivo de estimular a igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, eliminando todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego. A sistemática de participação no programa ocorre em três fases principais. Na primeira, as empresas manifestam, voluntariamente, sua intenção de aderir ao programa. Após isso, ocorrem as subfases de elaboração, apresentação e implementação do Plano de Ação com as medidas que nortearão a instituição. Por último, acontece a fase de quantificação do percentual de metas atingidas pela empresa. Caso a mesma cumpra mais de 70% das ações propostas, ela obtém o Selo Pró-Equidade de Gênero, cuja validade é de um ano.

A participação do Banco do Brasil no Programa supramencionado ocorre desde 2007, quando da realização da 2ª Edição a partir da implantação do mesmo no âmbito da SPM, sendo uma das 23 empresas participantes a conquistar, em 2009, o Selo Pró-Equidade de Gênero. Igualmente, em 2010, por ocasião da 3ª Edição, o BB conquistou novamente o referido Selo, dentre um grupo que totalizou 58 empresas nacionais (BANCO DO BRASIL, 2011, p. 69).

¹⁰ Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/selo-pro-equidade-e-concedido-a-23-empresas>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

No ano de 2010, a instituição, além da participação no Programa Pró-Equidade de Gênero, aderiu aos Princípios de Empoderamento das Mulheres¹¹, iniciativa do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), que tem por objetivo ajudar “a comunidade empresarial a incorporar em seus negócios valores e práticas que visem à equidade de gênero e ao empoderamento de mulheres” (FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER, 2013).

Com essa adesão, o BB e mais sete empresas brasileiras uniram-se em um grupo de estudos com o objetivo de “promover o desenvolvimento de um programa de acompanhamento da implementação desses princípios dentro das empresas, transformando-os num instrumento efetivo de promoção de políticas e práticas de equidade de gênero nas empresas” (BANCO DO BRASIL, 2011, p. 70).

Dentre os desafios socioambientais assumidos pelo BB no Relatório Anual de 2011, no eixo Processos e Gestão, consta o aprimoramento do Programa Pró-Equidade de Gênero da instituição, tarefa considerada concluída em dezembro de 2011 (Idem, p. 42), com previsão de continuidade até dezembro de 2013 (Idem, p. 46). Entretanto, de acordo com a descrição contida no relatório supramencionado, esse aperfeiçoamento do Programa se resumiu à adesão do BB à 4ª Edição do mesmo, apenas estendendo a amplitude de seu enfoque para as desigualdades de raça/etnia. Isso aparenta que a participação da instituição nesse tipo de ação social possui caráter meramente formal, o que vai de encontro aos princípios e valores institucionais elencados pelo Banco do Brasil.

Além das iniciativas anteriormente apresentadas em maiores detalhes, o Banco do Brasil ainda tem participação em fóruns de discussão e outros programas que visam ampliar as práticas de valorização da diversidade, tais como o Ciclo de Encontros para o Fortalecimento da Equidade de Gênero nas Empresas Públicas e Privadas de Capital Misto, o Pacto Global das Nações Unidas, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o Conselho Consultivo do Observatório Brasil para Equidade de Gênero e o Programa FEBRABAN de Valorização da Diversidade (Idem, p. 110).

Há, também, uma preocupação muito grande por parte do BB com o risco de imagem, entendido como “a possibilidade de perdas decorrentes da Instituição ter seu nome desgastado junto ao mercado ou às autoridades, em razão de publicidade negativa,

¹¹ Vide Anexo 2 – Princípios de Empoderamento das Mulheres.

verdadeira ou não” (Idem, p. 78), ao qual a empresa está sujeita, tendo em vista a tradição e a solidez que o Banco possui perante a sociedade brasileira. Constata-se tal afirmação na leitura de um de seus enunciados da Política de Escopo Institucional do Banco, que traduz a ideia de “não associar as marcas (pertencentes ao Banco do Brasil) às atividades que evidenciem preconceito ou discriminação de qualquer espécie, às atividades que causem impacto negativo à saúde e ao meio ambiente, entre outras” (Idem, p. 71).

A despeito da positividade do que foi apresentado, Abramo (in DELGADO et al, 2002), realiza lúcida crítica ao modelo de valorização das políticas de recursos humanos como eixo estratégico fundamental de incremento da produtividade e competitividade das empresas. De acordo com a autora, existem dois grandes problemas relacionados ao modelo supracitado.

O primeiro é o paradoxo de que, apesar da valorização dos recursos humanos tender a aparecer como um elemento constitutivo do discurso gerencial [...], por outro lado é possível constatar, nas estratégias concretas implementadas na maioria das empresas [...], uma reduzida importância atribuída à gestão dos Recursos Humanos como fator de produtividade e competitividade, assim como uma visão pouco articulada entre as diversas dimensões dessa gestão (Idem, Ibidem).

O segundo problema é que

se é verdade que os recursos humanos continuam sendo um elemento pouco valorizado nas estratégias de produtividade e competitividade da maioria das empresas, existem também fortes indícios de que essas políticas não incorporam homens e mulheres de forma igualitária, quando não passam a constituir mais uma via de reprodução de mecanismos de discriminação de gênero no interior das empresas (Idem, Ibidem).

A adução bastante pertinente estabelecida pela autora deve conduzir aqueles que se dispõem a analisar as relações de gênero a considerar as possíveis limitações existentes nas iniciativas de promoção da igualdade entre os sexos, uma vez que os objetivos propostos por essas ações somente possuirão efetividade caso seja constatado que as empresas promotoras atribuem elevada importância à gestão de seus recursos humanos, tanto na teoria quanto na prática.

Voets (in DELGADO et al, 2002), afirma, nesse sentido, que “a ação afirmativa vem sendo cada vez mais entendida em toda a Europa como um instrumento eficaz de

gestão dos recursos humanos”. Portanto, tendo em vista que a adequada gestão dos recursos humanos por meio da prática de ações afirmativas conduz a empresa a uma melhor eficiência econômica, temos que a gestão ineficaz das relações interpessoais entre os membros da empresa, além de ser um processo antieconômico, inviabiliza a real existência das referidas ações.

Pate (in DELGADO et al, 2002), ao fazer uma análise das políticas afirmativas nos Estados Unidos, realça o papel crucial que os programas dessa natureza têm desempenhado no seio daquela sociedade, no que tange a abertura de oportunidades para as mulheres, salientando que as ações afirmativas são políticas públicas sólidas e beneficiam não somente as mulheres, mas também a coletividade como um todo.

As ações afirmativas não são um fim em si mesmas no que diz respeito ao combate à desigualdade de gênero, mas representam um meio eficaz que pode “constituir um ponto de encontro real entre as necessidades de empresas eficientes e competitivas e as aspirações profissionais e as necessidades das pessoas” (OLGIATTI, in DELGADO et al, 2002, p. 75).

3.2 Análise da representatividade de gênero nos principais cargos do BB em Manaus

Resta, de posse da teoria exposta até aqui e dos dados institucionais apresentados pelo Banco do Brasil em relatório anual, verificar a aplicabilidade dos mesmos ao caso concreto. Para atingir este objetivo, foi construída a tabela abaixo, no intuito de elucidar de maneira visual a atual distribuição de cargos em agências de Manaus.

Foram escolhidas, aleatoriamente, quatro unidades sediadas na cidade, de acordo com o nível que ocupam. Na estrutura organizacional do Banco, o nível da agência representa o grau de rentabilidade que ela é capaz de proporcionar à Instituição. Quanto maior o nível de uma agência, maior o número de clientes e funcionários a ela vinculados, bem como mais elevada a sua participação nos resultados da empresa.

Tabela - Distribuição de cargos em agências de Manaus por nível e por sexo

Nível	Estilo		1		3		5		Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Escriturário	1	2	5	3	4	0	4	0	14	5
Assistente de Negócios	0	6	2	3	2	1	0	3	4	13
Gerente de Relacionamento	5	4	4	2	3	1	1	2	13	9
Gerente Geral	1	0	0	1	1	0	1	0	3	1
Total	7	12	11	10	10	2	6	5	34	28

Fonte: Dados obtidos pelo SISBB, março de 2014.

Antes de iniciar a análise dos dados acima, é necessário que se faça uma breve explanação acerca dos cargos considerados. O funcionário ingressa no quadro de carreira do BB ocupando o cargo inicial da hierarquia, chamado Escriturário.

De acordo com seu desempenho funcional, o empregado pode ser alçado a um cargo comissionado, após processo seletivo interno. Seguindo a sequência hierárquica, as comissões encontram-se assim distribuídas: assistente de negócios, gerente de relacionamento e gerente geral. Existem, ainda, cargos intermediários não considerados nesse estudo, como supervisor de atendimento, gerente de serviços e gerente de negócios.

A diferença entre as comissões, no quesito financeiro, está no adicional de remuneração percebido pelo funcionário. Ou seja, quanto maior a comissão, maior o

salário. No que tange ao desempenho funcional, quanto mais elevada a posição do cargo na hierarquia, maior a responsabilidade pela entrega dos resultados previstos no plano de metas da agência.

Iniciando pelo segmento Estilo, agências voltadas para o público considerado de alta renda, verifica-se que existe uma grande discrepância, a favor das mulheres, entre o número de funcionários por gênero. Este dado pode ser considerado altamente positivo, num primeiro momento. Entretanto, cabe a ressalva de que essa supremacia feminina se deve à quantidade de assistentes de negócios existentes, todas mulheres, ao passo que os cargos de gerente de relacionamento e gerente geral, mais bem remunerados, são ocupados por maioria masculina.

Na agência de nível 1, observa-se o contrário. Apesar do número equitativo de funcionários, as mulheres ocupam em maioria as comissões mais bem remuneradas, inclusive a de chefia (gerente geral), o que não ocorre em nenhuma das demais.

Num patamar intermediário, a agência de nível 3 apresenta grande disparidade entre o número de funcionário homens e mulheres. Eles dominam todos os cargos, enquanto elas possuem apenas duas representantes, sendo uma assistente de negócios e outra gerente de relacionamento.

A agência de nível 5 encontra-se com o número de funcionários bem distribuído por gênero. As mulheres ocupam posição de destaque, sendo maioria absoluta nos cargos mais bem remunerados, à exceção da chefia, ocupada por integrante do sexo masculino.

Sob essa ótica, a situação parece razoável. Todavia, quando o enfoque tem como elemento central os cargos, e não as agências, percebe-se mais nitidamente a realidade.

Os homens são maioria nos cargos de escriturário, gerente de relacionamento e gerente geral. A única exceção se dá na função de assistente de negócios, cargo imediatamente superior ao inicial. Com base nesses números, podem ser tiradas duas conclusões. A primeira é a de que as mulheres estejam sendo promovidas a esse cargo à título de consolo, uma vez que o domínio masculino impõe a ideia falaciosa de que elas não são capazes ou competentes o suficiente para assumir os encargos da gerência e da chefia. Outra ideia estaria ligada ao recente fato dos comissionados como assistente de negócios terem a possibilidade de optar pela redução de sua jornada de trabalho reduzida de oito para seis horas diárias, em virtude de não se tratar de cargo de

confiança, fator este que reforçaria a hipótese do trabalho bancário ser uma espécie de “gueto feminino” (SEGNINI, 1998).

Observando os dados do Relatório de 2011 (BANCO DO BRASIL, 2011, p. 99), verifica-se que as mulheres são minoria em todos os níveis de cargos na instituição, com destaque para o nível gerencial, no qual os homens são quase o dobro do número de mulheres. Isso demonstra um traço de precarização do trabalho feminino, uma vez que as mulheres estão alocadas em cargos cuja remuneração é menor.

Tal fato pode estar relacionado à história recente das mulheres no âmbito da instituição. Segundo dados contidos na página do Banco na internet¹², a primeira seleção para ingresso de funcionárias no cargo de escriturário ocorreu a partir do ano de 1969. Até então, as mulheres eram contratadas apenas como telefonistas, tarefa tradicionalmente feminina, e auxiliares de mecanografia. Somente no ano de 1984 foi promovida a primeira gerente geral de uma agência do BB.

Acredita-se que três fatores foram determinantes na motivação da inserção da mulher no mercado de trabalho, inclusive o bancário, nitidamente dominado pelo sexo masculino.

O primeiro diz respeito ao aumento do nível de escolaridade da mulher brasileira nos últimos anos, de maneira concomitante à redução da taxa de fecundidade (BRUSCHINI e LOMBARDI, 1996). Com maior qualificação e menor quantidade de filhos, houve maior disponibilidade para a realização de atividades econômicas.

O segundo fator refere-se à desvalorização dos salários ao longo dos anos, o que acaba obrigando as mulheres a buscarem empregos a fim de complementar a renda familiar ou até mesmo tornarem-se as principais provedoras do lar.

Em terceiro lugar, observa-se a relevância da introdução das novas tecnologias alicerçadas na filosofia de modernização dos processos produtivos, que modificaram profundamente a maneira de execução das tarefas rotineiras e foram responsáveis pela criação de novas ocupações.

Nesse contexto, da chamada reestruturação produtiva, a acumulação flexível e o neoliberalismo são marcos importantes para a inserção da mulher no mundo do trabalho. A primeira pode ser caracterizada “pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos

12

Disponível

em:

<<http://www.bb.com.br/portalbb/page251,8305,3935,0,0,1,6.bb?codigoNoticia=29450>>.

mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 1992, p. 140). Quanto ao neoliberalismo, Nogueira (2004, p. 34) elenca como características básicas as privatizações das empresas públicas, o afastamento do Estado do setor produtivo, a flexibilização e desregulamentação, inclusive dos direitos trabalhistas, dentre outros.

Se por um lado a reestruturação produtiva foi um grande propulsor da inclusão da mulher nas relações de trabalho, é notável que isso se deu de maneira precarizada. Tal afirmação encontra fundamento em alguns fatos concretos como a percepção de menores salários para o mesmo tipo de trabalho, a ocupação de empregos de jornada de meio período e o trabalho informal, aquele realizado à margem de qualquer legislação trabalhista.

Ainda, as justificativas existentes em concepções cristalizadas no pensamento social mediante o emprego da violência simbólica contribuem para a perpetuação desse *status quo*, através de pelo menos dois argumentos. O primeiro relacionado à dupla jornada desempenhada pelas mães, que além das horas de trabalho dispensadas em seus empregos, ainda são responsáveis pelo cuidado dos filhos, uma obrigação que a sociedade outorgou à mulher, em virtude do fato dela dar à luz à prole. O segundo refere-se à associação entre força física e capacidade de trabalho, sob a alegação das mulheres produzirem menos que os homens em virtude de serem mais frágeis.

No caso do específico do BB, não há diferenciação salarial entre homens e mulheres para o desempenho de um mesmo cargo ou função, pois a tabela salarial é única, independente de gênero. Os benefícios oferecidos pela empresa também são iguais entre homens e mulheres, tais como *ticket* alimentação e refeição, planos de saúde, odontológico e de previdência, incentivos ao aperfeiçoamento intelectual, como bolsas de estudos, etc.

O que existe, conforme hipótese mencionada acima, é a questão da discrepância no quantitativo de homens e mulheres quanto à ocupação dos cargos. O sexo masculino domina os cargos mais bem remunerados, enquanto o sexo feminino ocupa as funções cujos salários são menores.

Atualmente, o BB desenvolve um programa para os chamados gestores de primeira investidora. Sua finalidade é realizar uma seleção para cadastro de reserva de funcionários aptos a ocuparem cargos de gerente geral e gerente de negócios de agências, sendo que as vagas são divididas igualmente por gênero. A intenção é, em

pouco tempo, reverter a situação atual e equalizar a quantidade de homens e mulheres ocupando cargos de comando nas agências.

Outro fato revelador da dominação masculina na instituição é a ocupação dos cargos de diretoria. Analisando-se a lista disponível na página do BB na internet¹³, verifica-se que todos os 26 diretores, funcionários de carreira do Banco, são do sexo masculino, bem como o Presidente e os 9 Vice-Presidentes. Ou seja, a alta cúpula de administração do BB é composta exclusivamente por homens.

Os dados acima expostos acerca do Banco do Brasil acompanham uma tendência geral de mercado. É o que demonstra a mais recente pesquisa “Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas” divulgada pelo Instituto ETHOS¹⁴ em 2010. Este relatório tem a finalidade de

estimular cada executivo a observar mais atentamente os possíveis desequilíbrios na composição de seu público interno, em todos os níveis hierárquicos, no que se refere a sexo, cor ou raça, idade, escolaridade, tempo de empresa e a presença de pessoas com deficiência, levando-o a refletir sobre as ações que pode e deve realizar para promover a diversidade e a equidade em seus quadros e a adotar uma atitude proativa no sentido de mudar a realidade percebida (INSTITUTO ETHOS, 2010, p. 3).

Ainda,

a escolha das 500 maiores empresas do país como alvo desta pesquisa não é casual. Os padrões adotados por elas têm força de indução e certamente servirão como referência para todo o meio empresarial brasileiro e como caminho efetivo para a redução das desigualdades não apenas no mercado de trabalho, mas em toda a sociedade (Idem, *ibidem*).

Buscando aporte nos números oferecidos por este documento, é possível verificar que a desigualdade existente entre homens e mulheres nas maiores empresas do país é grande. Considerando-se o quadro geral de funcionários, 33,1% são mulheres e 66,9% são homens. Nesse diapasão, a diferença se acentua ainda mais quanto maior é

¹³

Disponível

em:

<<http://www.bb.com.br/portalbb/page22,136,3561,0,0,1,8.bb?codigoNoticia=8644&codigoMenu=1093>>.

¹⁴ De acordo com informações contidas no sítio da instituição na internet, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que tem como missão "mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável". Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/missao>>.

o nível hierárquico em análise, sendo a participação feminina de 26,8% na supervisão, 22,1% na gerência e 13,7% no executivo (Idem, p. 12).

Apesar de passados quase 20 anos, continua igualmente válida a ideia proposta por Segnini (1998) de que a partir dos anos 1980, as mulheres bancárias passaram a ocupar postos de chefia que antes eram exclusivos de homens, mormente nos níveis intermediários. Contudo, a alta direção da instituição permanece predominantemente, ou quase exclusivamente, masculina.

Ao analisar os objetivos específicos do BB referentes a sua participação no Programa Pró-Equidade de Gênero¹⁵, percebe-se um aparente empenho da instituição em amenizar e, quiçá, por fim às desigualdades existentes, buscando o diálogo entre os funcionários como forma de difusão de sua política de gênero, bem como na criação e execução de mecanismos de combate à discriminação como parte do conjunto das ações afirmativas que desenvolve.

Entretanto, a realidade atual na instituição ainda é desfavorável à mulher e segue a maioria das estatísticas de gênero contidas na literatura sobre o tema. Não há dúvida quanto à validade de tais iniciativas. Todavia, é necessário que o Banco do Brasil firme compromissos mais palpáveis, fortaleça e torne mais eficazes as ações afirmativas já existentes, a fim de promover e garantir a igualdade entre homens e mulheres, uma vez que “os funcionários constituem seu mais valioso ativo” (BANCO DO BRASIL, 2011, p. 98). Somente dessa forma será possível desconstruir as desigualdades de gênero existentes nas relações sociais, mexer nos construtos que reproduzem tais distinções e ir além das boas intenções e de programas pontuais (CASTRO, 2004).

15

Disponível

em:

<http://www.bb.com.br/portalbb/page4,8305,3935,0,0,1,6.bb?codigoNoticia=28589&codigoMenu=15368&codigoRet=15260&bread=1_1_2>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a analisar sociologicamente as relações de gênero e trabalho no Banco do Brasil na capital amazonense. A importância do assunto é notória, sobremaneira pela evidenciação empreendida nos dias atuais no sentido de denunciar, criminalizar e por fim à discriminação de gênero no mundo.

Muitos estudos¹⁶ revelam que, em função das distinções mencionadas, as mulheres sofrem consequências diretas em seus empregos, submetidas a condições precárias, recebendo baixos salários, tendo que cumprir uma dupla, ou até mesmo tripla jornada, no caso das mães, e recorrendo muitas vezes ao mercado de trabalho informal como única alternativa viável a esta situação de inferioridade.

Além disso, apresenta-se aqui uma inovação quanto à bibliografia existente sobre o assunto. Ao se relacionar a perspectiva de gênero com o trabalho bancário em Manaus, cria-se um novo prisma de observação, praticamente inexplorado e que merece destaque pela grande contribuição que o setor proporciona para a economia e empregabilidade da região.

Esta caminhada iniciou-se com considerações acerca da estratégia metodológica adotada pelo pesquisador. Nesse sentido, tentou-se congregiar diversas posturas adotadas no âmbito das ciências sociais para tentar transformar o simples em complexo e, após elucubrar as ideias sobre as diversas perspectivas que a análise poderia tomar, retornar ao simples evidenciando a realidade apreendida.

O exercício foi bastante árduo, sempre pautado na busca pela neutralidade, tanto no método quanto nos valores impregnados no pesquisador, a fim de minimizar as interferências que os quadros de referências pudessem ter sobre o raciocínio. Enfim, tentou-se aqui realizar o trabalho de maneira similar a um artesão, retocando-o sempre que necessário, a cada nova descoberta.

Tecidas as palavras iniciais, passou-se a abordar os assuntos principais da pesquisa, dividindo-a em duas partes. A primeira, contendo o capítulo 1, evidenciou as relações de gênero como parte das próprias relações sociais entre os indivíduos e ilustrou de que maneira e a partir de quando elas tornaram-se assimétricas, sujeitando as

¹⁶ Dentre as mais destacadas autoras brasileiras sobre o tema estão Margareth Rago, Adriana Piscitelli, Elisabeth Lobo, Mariza Corrêa, Helena Hirata, Heleieth Saffioti, Bila Sorj, Eva Blay, Cristina Bruschini, Elisabeth Souza-Lobo, entre outras.

mulheres a uma relação de dominação pelo homens. A segunda parte, na qual estão contidos os capítulos 2 e 3, buscou traçar um paralelo entre as relações de gênero, as relações de classe e as relações de trabalho no Banco do Brasil.

No capítulo 1, buscou-se compreender cronologicamente o desenvolvimento do processo de construção das relações sociais de gênero, tendo por base a ideia de dominação. A fim de elucidar essa assimetria existente em função do domínio do homem sobre a mulher, dividiu-se o capítulo em três partes.

Na primeira, foram trazidos à luz argumentos contidos no diálogo que Engels promove em relação ao livro “Direito Materno” de Bachofen. Buscou-se demonstrar como as concepções religiosas inseridas na literatura, principalmente pelos gregos, substituíram antigos deuses e tradições por novas divindades e práticas. Para exemplificar, Bachofen cita a Oréstia de Ésquilo, episódio onde nitidamente o direito paterno se sobrepõe ao materno.

A segunda parte tentou reconstruir historicamente o conceito de patriarcalismo, caracterizado por um sistema de relações onde se evidencia a desigualdade de gênero entre as partes. Não se consegue definir exatamente onde sua história se iniciou. Todavia, conforme mencionado, acredita-se que o patriarcalismo tenha surgido há milhares de anos. Verificou-se que as bases do patriarcado encontram-se na autoridade do chefe da família e no controle das funções sexuais e de reprodução das mulheres.

O capítulo se encerra com a discussão sobre o conceito de dominação estabelecido por Pierre Bourdieu, tomando por base principalmente seu livro “A dominação masculina”. Para o aludido autor, tal dominação é um processo histórico através do qual as estruturas simbólicas da ordem masculina são eternizadas nas relações sociais entre os indivíduos. Estes esquemas que moldam a forma de perceber, pensar e agir dos indivíduos são reforçados pelas instituições sociais, num movimento constante que busca incorporar de maneira inconsciente na sociedade esse conjunto de regras e disposições sociais androcêntricas. A relação de dominação se traduz, em seu fim, numa relação de poder.

O capítulo 2 teve por propósito a análise das imbricações das relações de gênero com a divisão da sociedade em classes sociais e com o mundo do trabalho bancário.

Inicialmente, abordou-se a condição do trabalho feminino e sua relação com a divisão de classes. Foi evidenciado que a divisão sexual do trabalho apresenta, assim como a divisão da sociedade em classes sociais, distinções que promovem um

antagonismo entre homens e mulheres, tal qual entre burgueses e proletários. Verificou-se que às mulheres foi determinada a esfera da reprodução e aos homens a da produção, como sendo algo inerente à natureza humana. Isso se constituiu num grande fator de depreciação da força de trabalho feminina, resultando em condições laborais mais precárias.

Após essa análise, o segundo tópico realizou uma reconstrução da história do Banco do Brasil, desde sua criação em 1808, em consequência da vinda da família real portuguesa para o Brasil, até os dias atuais. Foi possível verificar que a instituição participou dos momentos mais relevantes da história do Brasil, servindo de agente financiador das principais atividades econômicas deste país e, conseqüentemente, fomentador do desenvolvimento e da integração nacionais.

Terminando o capítulo, foi empreendida uma análise do impacto que o Banco do Brasil possui no mercado de trabalho de Manaus. Constatou-se que a instituição é responsável por empregar uma quantidade considerável de funcionários na capital amazonense, o que impacta diretamente na economia local, visto que a remuneração percebida pelos funcionários, mesmo aqueles que se encontram no cargo inicial, é muito maior que a renda per capita de Manaus. Isso proporciona melhores condições de vida, principalmente às trabalhadoras, uma vez que a região possui o menor índice de desenvolvimento social do país para as mulheres.

O capítulo 3 analisou as políticas afirmativas de promoção da equidade de gênero que o Banco do Brasil desenvolve para o público interno, a fim de neutralizar os efeitos deste tipo de discriminação.

Primeiramente, buscou-se evidenciar o significado dessas políticas ou ações afirmativas, que são iniciativas cujo objetivo é promover a igualdade entre homens e mulheres colocando-os em condições igualitárias. Com relação ao mercado de trabalho, tais ações tem como foco a promoção da igualdade de tratamento, formação e promoção no interior das instituições, organizações e empresas.

Vislumbrando este ideário, o Banco do Brasil inscreveu em seu normativo institucional diversas práticas, dentre as quais se destacam a adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República e aos Princípios de Empoderamento das Mulheres, articulado pelo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres

(UNIFEM) e pelo Pacto Global das Nações Unidas, o que denota uma aparente disposição da empresa em anular qualquer tipo de discriminação de gênero.

O presente estudo tem fim com a análise da representatividade de gênero em agências do BB escolhidas aleatoriamente, levando-se em conta os principais cargos ocupados pelos empregados da instituição e o nível de rentabilidade que a agência proporciona para o Banco. Desta forma, verificou-se que, à exceção de um dos cargos analisados, todos os demais são compostos maioritariamente por homens. Ressalte-se, com maior relevância, os cargos gerenciais nos quais a disparidade é ainda maior.

Quando se extrapolam os muros das agências para analisar a alta cúpula do Banco, é incontestável o domínio masculino, pois o presidente, os vice-presidentes e os diretores são todos do sexo masculino. Isso significa que, em que pese a atuação institucional do BB na seara das relações de gênero, no sentido de conscientizar seus funcionários e implantar práticas que conduzam à igualdade de gênero, essas ações precisam de maior efetividade, para que se tornem vetores reais de promoção da igualdade de gênero e não sejam apenas boas intenções que não conduzirão a lugar nenhum.

A história das funcionárias do Banco do Brasil é recente. Desde seu ingresso em 1969 até os dias de hoje, muitas transformações ocorreram e grandes foram os avanços na questão de gênero. Todavia, esse movimento crescente rumo à igualdade não pode estagnar. É preciso, como sustenta Williams (2011) no livro “Política do Modernismo”, que em lugar de resignar-se à realidade existente que insiste em massacrar o lado dominado, se proponha uma renovação na abordagem desta categoria de análise, para que se possa alcançar a mudança de panorama almejada.

APÊNDICE A – REGISTRO FOTOGRÁFICO DA HISTÓRIA DO BANCO DO BRASIL



Figura 1 – A Casa dos Contos que abrigou a sede do Banco do Brasil de 1815 a 1826, sendo demolida em 1870.

Fonte: DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO BANCO DO BRASIL (2010)



Figura 2 – Os primeiros bilhetes emitidos pelo Banco do Brasil a partir de 1810, precursores das cédulas atuais.

Fonte: DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO BANCO DO BRASIL (2010)



Figura 3 – O prédio da segunda praça do Comércio, na antiga rua Direita, atual Primeiro de Março.

Fonte: DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO BANCO DO BRASIL (2010)

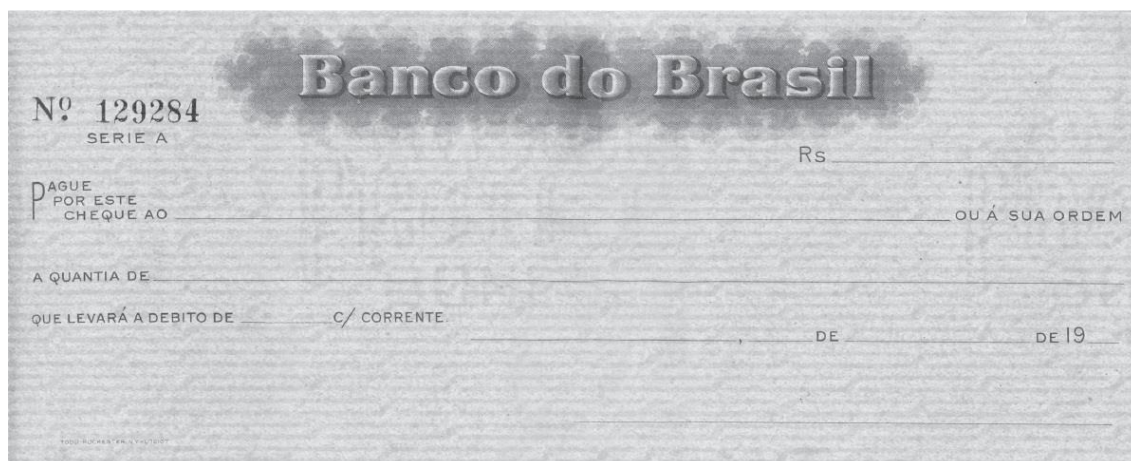


Figura 4 – Folha de cheque emitido pelo Banco do Brasil em 1921.

Fonte: DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO BANCO DO BRASIL (2010)



Figura 5 – Fachada da agência Assunção, no Paraguai, primeira dependência do Banco do Brasil no exterior (Fotografia de 1941).

Fonte: DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO BANCO DO BRASIL (2010)



Figura 6 – Mostra o aspecto original que tinha a fachada do antigo prédio da Associação Comercial (1906) antes da aquisição do mesmo pelo Banco do Brasil.

Fonte: DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO BANCO DO BRASIL (2010)

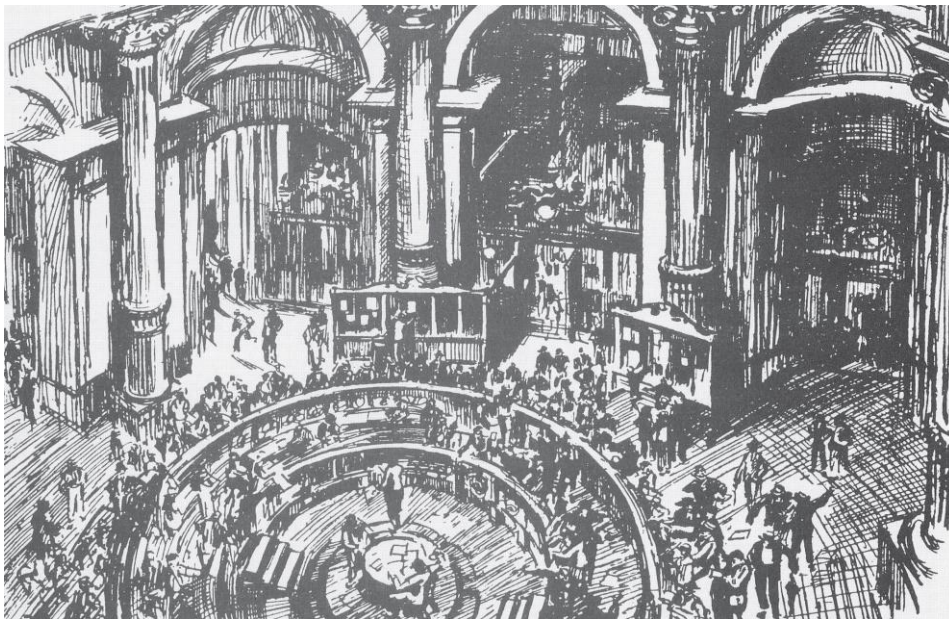


Figura 7 – Bolsa de Fundos Públicos do Rio de Janeiro, instalada na rotunda da terceira Praça do Comércio.

Fonte: DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO BANCO DO BRASIL (2010)

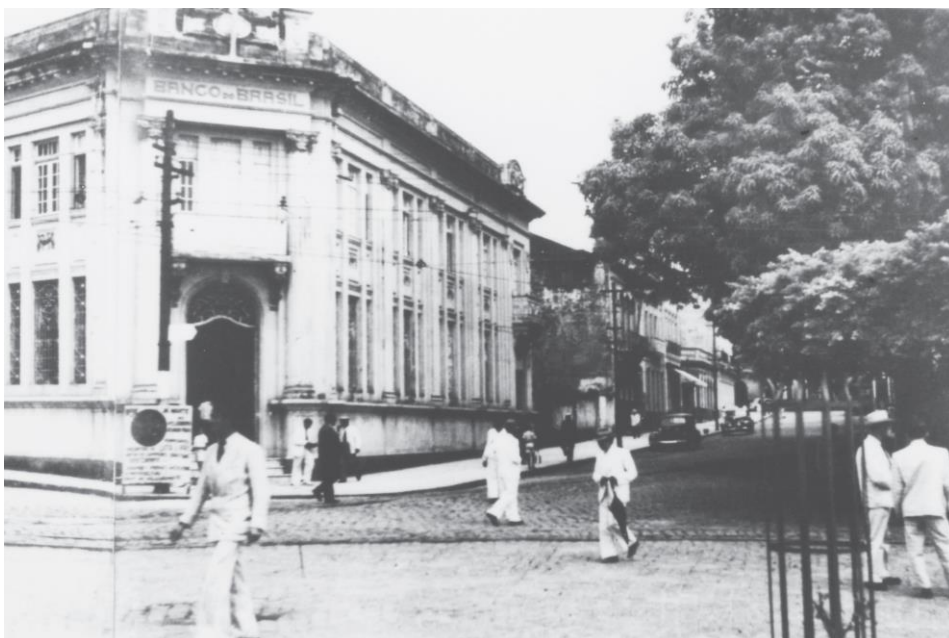


Figura 8 – Prédio onde funcionava a Agência Manaus, segunda agência do Banco do Brasil em funcionamento no país, inaugurada em 14/01/1908 (Fotografia sem data).

Fonte: DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO BANCO DO BRASIL (2010)



Figura 9 – Saguão na entrada principal do prédio do atual Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro. Ao fundo, vista parcial da rotunda (1926).

Fonte: DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO BANCO DO BRASIL (2010)



Figura 10 – Detalhe da rotunda, no atual Centro Cultural Banco do Brasil do Rio de Janeiro. Nesta imagem, o espaço é ocupado pelo setor de atendimento ao público no ano de 1943.

Fonte: DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO BANCO DO BRASIL (2010)



Figura 11 – Rotunda, interior do prédio do Banco do Brasil, ainda conservado, na rua Primeiro de Março.

Fonte: DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO BANCO DO BRASIL (2010)

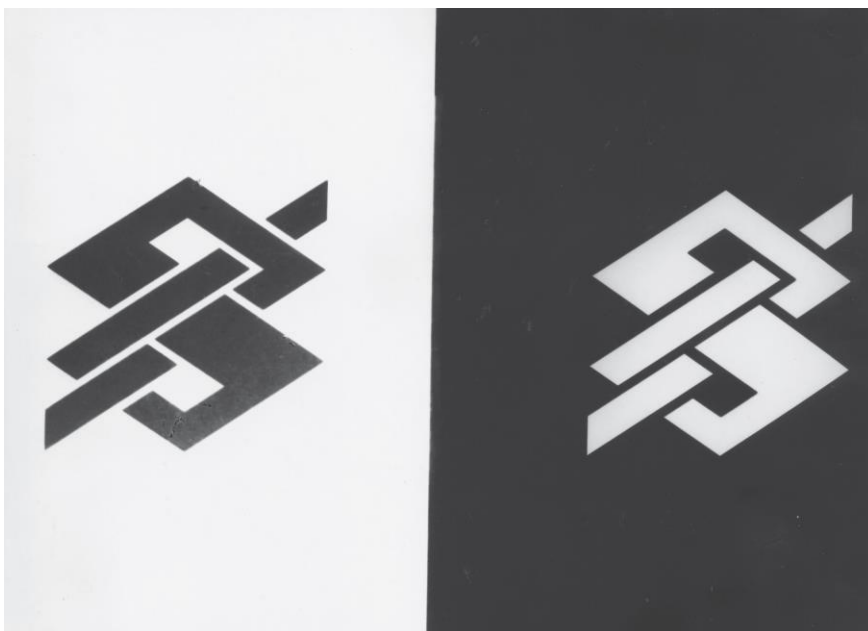


Figura 12 – O logotipo atual do Banco do Brasil foi escolhido em 1968 por meio de concurso e que passaria por pequenas modificações ao longo do tempo.

Fonte: DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO BANCO DO BRASIL (2010)



Figura 13 – Cliente ao lado de terminal para saque eletrônico (1984).

Fonte: DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO BANCO DO BRASIL (2010)



Figura 14 – Atual fachada da Sede do Banco do Brasil, em Brasília.

Fonte: Jornal Extra (2011)

ANEXO 1 – CÓDIGO DE ÉTICA DO BANCO DO BRASIL

1. Clientes

1.1. Oferecemos produtos, serviços e informações para o atendimento das necessidades de clientes de cada segmento de mercado, com inovação, qualidade e segurança.

1.2. Oferecemos tratamento digno e cortês, respeitando os interesses e os direitos do consumidor.

1.3. Oferecemos orientações e informações claras, confiáveis e oportunas, para permitir aos clientes a melhor decisão nos negócios.

1.4. Estimulamos a comunicação dos clientes com a Empresa e consideramos suas manifestações no desenvolvimento e melhoria das soluções em produtos, serviços e relacionamento.

1.5. Asseguramos o sigilo das informações bancárias, ressalvados os casos previstos em lei.

2. Funcionários e Colaboradores

2.1. Zelamos pelo estabelecimento de um ambiente de trabalho saudável, pautando as relações entre superiores hierárquicos, subordinados e pares pelo respeito e pela cordialidade.

2.2. Repudiamos condutas que possam caracterizar assédio de qualquer natureza.

2.3. Respeitamos a liberdade de associação sindical e buscamos conciliar os interesses da Empresa com os interesses dos funcionários e suas entidades representativas de forma transparente, tendo a negociação como prática permanente.

2.4. Asseguramos a cada funcionário o acesso às informações pertinentes à sua privacidade, bem como o sigilo destas informações, ressalvados os casos previstos em lei.

2.5. Mantemos contratos e convênios com instituições que asseguram aos colaboradores condições previdenciárias, fiscais, de segurança do trabalho e de saúde.

2.6. Reconhecemos, aceitamos e valorizamos a diversidade do conjunto de pessoas que compõem o Conglomerado.

2.7. Repudiamos práticas ilícitas, como suborno, extorsão, corrupção, propina, em todas as suas formas.

2.8. Orientamos os profissionais contratados a pautarem seus comportamentos pelos princípios éticos do BB.

3. Fornecedores

3.1. Adotamos, de forma imparcial e transparente, critérios de seleção, contratação e avaliação, que permitam pluralidade e concorrência entre fornecedores, que confirmem a idoneidade das empresas e que zelem pela qualidade e melhor preço dos produtos e serviços contratados.

3.2. Requeremos, no relacionamento com fornecedores, o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como a não-utilização de trabalho infantil ou escravo e a adoção de relações de trabalho adequadas e de boas práticas de preservação ambiental, resguardadas as limitações legais.

4. Acionistas, Investidores e Credores

4.1. Pautamos a gestão da Empresa pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

4.2. Somos transparentes e ágeis no fornecimento de informações aos acionistas, aos investidores e aos credores.

4.3. Consideramos toda informação passível de divulgação, exceto a de caráter restrito que coloca em risco o desempenho e a imagem institucional, ou que está protegida por lei.

5. Parceiros

5.1. Consideramos os impactos socioambientais na realização de parcerias, convênios, protocolos de intenções e de cooperação técnico-financeira com entidades externas, privadas ou públicas.

5.2. Estabelecemos parcerias que asseguram os mesmos valores de integridade, idoneidade e respeito à comunidade e ao meio ambiente.

6. Concorrentes

6.1. Temos a ética e a civilidade como compromisso nas relações com a concorrência.

6.2. Conduzimos a troca de informações com a concorrência de maneira lícita, transparente e fidedigna, preservando os princípios do sigilo bancário e os interesses da Empresa.

6.3. Quando solicitados, disponibilizamos informações fidedignas, por meio de fontes autorizadas.

7. Governo

7.1. Somos parceiros do Governo Federal na implementação de políticas, projetos e programas socioeconômicos voltados para o desenvolvimento sustentável do País.

7.2. Articulamos os interesses e as necessidades da Administração Pública com os vários segmentos econômicos da sociedade.

7.3. Relacionamo-nos com o poder público independentemente das convicções ideológicas dos seus titulares.

8. Comunidade

8.1. Valorizamos os vínculos estabelecidos com as comunidades em que atuamos e respeitamos seus valores culturais.

8.2. Reconhecemos a importância das comunidades para o sucesso da Empresa, bem como a necessidade de retribuir à comunidade parcela do valor agregado aos negócios.

8.3. Apoiamos, nas comunidades, iniciativas de desenvolvimento sustentável e participamos de empreendimentos voltados à melhoria das condições sociais da população.

8.4. Zelamos pela transparência no financiamento da ação social.

8.5. Afirmamos nosso compromisso com a erradicação de todas as formas de trabalho degradante: infantil, forçado e escravo.

8.6. Afirmamos estrita conformidade à Lei na proibição ao financiamento e apoio a partidos políticos ou candidatos a cargos públicos.

9. Órgãos Reguladores

9.1. Trabalhamos em conformidade com as leis e demais normas do ordenamento jurídico.

9.2. Atendemos nos prazos estabelecidos às solicitações originadas de órgãos externos de regulamentação e fiscalização e de auditorias externa e interna.

ANEXO 2 – PRINCÍPIOS DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES

- 1.** Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível.
- 2.** Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não-discriminação.
- 3.** Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa.
- 4.** Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres.
- 5.** Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing.
- 6.** Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social.
- 7.** Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. *Indicadores socioeconômicos da Região Metropolitana de Manaus*. Manaus, 2010. Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/prmm_final.pdf>. Acesso em: nov. 2013.

ANGELO, Adriano Del; COUTO, Joaquim Miguel. O sucesso do plano real e os custos da estabilização. *A economia em revista*. Maringá, *Volume 16 Número 2 Julho de 2008*. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/download/12737/6727>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana. In: DELGADO, Didice Godinho. et al (orgs.). *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

BANCO DO BRASIL. *Relatório Anual 2011*. Disponível em: <<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2011/port/ra/index.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 16, n. 1, jan./abr. 2008, p. 207-228. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000100020&script=sci_arttext>. Acesso em: 03 jun. 2012.

BLAY, Eva Alterman. *Violência contra a mulher e políticas públicas*. *Estud. av.* 2003, vol.17, n.49, pp. 87-98. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006>. Acesso em: 03 jun. 2012.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 5. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. *A miséria do mundo*. 4 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 1996.

BRASIL. Economia. Setores da Economia. Comércio e serviços. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/setores-da-economia/comercio-e-servicos>>. Acesso em: 17 fev. 2013.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 17 fev. 2013.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 10. Caxambu (MG). Anais. v. 1, p.483-516. Belo Horizonte: ABEP, 1996.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. 2 ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CASTRO, Mary Garcia. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas. Acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (org.) *Juventude e Sociedade. Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo, Instituto de Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/pol%C3%ADticas-publicas-por-identidades-e-de-a%C3%A7%C3%B5es-afirmativas-acessando-g%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a-na-classe>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

CHARLES, Nickie. Gênero. In: Scott, John (org). *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2010.

COSTA, Heloísa Lara Campos. *As mulheres e o poder na Amazônia*. Campinas, 2000. 211 p. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

COUTINHO, Andréa Senra; FARIA, Nelson Vieira da Fonseca. “*Eu, o Outro/a Outra e o Mundo*”: Versões do Feminino e do Masculino através da Arte. Seminário Internacional Fazendo Gênero 8. Simpósio Temático 10. Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST10/Coutinho-Faria_10.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2012.

CYRINO, Rafaela. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun., p. 66-92, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 jun. 2012.

DA MATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In: Nunes, E. O. *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método de pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DAVIS, Natalie Z. Women’s History in Transition: The European Case. In: SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

DELGADO, Didice Godinho. et al (orgs.). *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

DIEESE. Análise do mercado de trabalho formal em Manaus. *Observatório do trabalho de Manaus*. Manaus, nov. 2011a. Disponível em: <http://geo.dieese.org.br/manaus/estudos/mensal_2011_11.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2013.

_____. *Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho*. São Paulo, 2011b. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/livro/2011/livroRotatividade11.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2013.

_____. Movimentação contratual no mercado de trabalho formal e rotatividade em Manaus. *Observatório do trabalho de Manaus*. Manaus, mar. 2012. Disponível em: <http://geo.dieese.org.br/manaus/estudos/pesquisa_301_2012.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2013.

DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO BANCO DO BRASIL. *História do Banco do Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, Fazenda Comunicação & Marketing, 2010. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/LivroBB1.pdf?codigoMenu=1426>>. Acesso em: 17 fev. 2013.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de Leandro Konder. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, vol. 3. s/d.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. Lista de bancos. Disponível em: <<http://www.buscabanco.org.br/AgenciasBancos.asp>>. Acesso em: 17 fev. 2013a.

_____. Lista de agências por região. Disponível em: <http://www.buscabanco.org.br/AgenciasRegioes.asp?banco=BANCO%20DO%20BRASIL%20S.A.&id_banco=103922>. Acesso em: 29 jan. 2013b.

_____. Lista de agências. Disponível em: <<http://www.buscabanco.com.br/AgenciasLista.asp?tipo=A&banco=BANCO%20DO%20BRASIL%20S.A.&UF=AM&municipio=MANAUS>>. Acesso em: 17 fev. 2013c.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER (UNIFEM). Disponível em: <http://www.unifem.org.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=29254>. Acesso em: 11 jun. 2013.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Rev. Pensar a prática*, Goiás, v. 8, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/106/2275>>. Acesso em: 03 jun. 2012.

GOLDEMBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIMARÃES, Ana Cláudia. *Metade das mulheres ganha menos de um salário mínimo*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/posts/2013/03/09/metade-das-mulheres-ganha-menos-de-um-salario-minimo-489136.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Traduzido por Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Loyola, 1992.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, set./dez., p. 595-609, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 jun. 2012.

_____; SEGNINI, Liliana (orgs). *Organização, Trabalho e Gênero*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

INSTITUTO ETHOS. *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas*. São Paulo: 2010. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/ethosweb/arquivo/0-a-eb4perfil_2010.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2013.

IZUMINO, Wânia Pasinato; SANTOS, Macdowell Cecília. *Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. Revista Estudos Interdisciplinários de America Latina y El Caribe*. Israel, v.16, nº 1, p. 147-164, 2005. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2012

JORNAL EXTRA. *Banco do Brasil lançará novo concurso no Rio*. 2011. Disponível em: <<http://extra.globo.com/emprego/concursos/banco-do-brasil-lancara-novo-concurso-no-rio-1099010.html>>. Acesso em: fev. 2013.

LAMAZIÈRE, Christiana. *Problematizando o conceito de poder em Foucault e suas consequências para pensar o político na Teoria de Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, 2007. 145 p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

LERNER, Gerda. *The Criation of Patriarchy*. New York: Oxford University, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MENICUCCI, Eleonora. *A mulher, a sexualidade e o trabalho*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, Celeiros e Capitais*. Porto: ed. Apontamentos, 1977.

MICELI, S. Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 jun. 2012.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho*. Campinas: Autores Associados, 2004.

OLGIATTI, Etta. Ações afirmativas na Itália e um olhar sobre a Europa. In: DELGADO, Didice Godinho. et al (orgs.). *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

OLIVEIRA, Wilson Rodrigues. *Banco do Brasil: dois séculos de história*. Petrópolis: Portal Literário, 2008.

PATE, Kimberly. Ação afirmativa nos Estados Unidos. In: DELGADO, Didice Godinho. et al (orgs.). *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

ROCHA, Patrícia M. S. *Mulheres sob todas as luzes: a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado*. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2009.

SAFFIOTI, Heleith. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SEGNINI, Liliana R. P. *Mulheres no trabalho bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero*. São Paulo: Edusp, 1998.

SERÁFICO, Marcelo. Lições do artesanato intelectual: a herança do mestre. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 11, jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222004000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 abr. 2013.

SILVA, Francisco de Assis. *Sobre o fetichismo do capital em Karl Marx*. Salvador, 2011. 105 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

SOUTO, Cláudio. *O que é pensar sociologicamente*. São Paulo: EPU, 1987.

- TAYLOR, Timothy. *A Pré-História do Sexo*. Rio de Janeiro: ed. Campus, 1997.
- THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5 ed. São Paulo: Polis, 1987.
- VELHO, G. Observando o familiar. In: Nunes, E. O. *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método de pesquisa social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- VOETS, Martine. A estratégia europeia para a ação afirmativa. In: DELGADO, Didice Godinho. et al (orgs.). *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- WALBY, Sylvia. Patriarcado. In: Scott, John (org). *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.
- _____. Theorizing patriarchy, 1990. In: STROMQUIST, Nelly P. *Políticas públicas de Estado e equidade de gênero: Perspectivas comparativas*. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 1, jan/fev/mar/abr. 1996. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n01/n01a04.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2012.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Traduzido por Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Editora UnB, 2004. v. 2.
- WILLIAMS, Raymond. Política do modernismo: contra os novos conformistas. Traduzido por André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- WINICK, C. *Dictionary of Anthropology*. Nova Iorque: Philosophical Library, 1956.